



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL (FASS)
CURSO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

**CAMILLA MARIA DE LIMA FERREIRA
LAYANE FERNANDES FERREIRA LOPES**

**A POLÍTICA DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA:
Uma análise da importância do trabalho do Assistente Social no
Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)**

ABAETETUBA/PA
2018

**CAMILLA MARIA DE LIMA FERREIRA
LAYANE FERNANDES FERREIRA LOPES**

**A POLÍTICA DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA:
Uma análise da importância do trabalho do Assistente Social no
Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário de Abaetetuba da Universidade Federal do Pará como requisito necessário a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Eliza Maria A. Vasconcelos.

**CAMILLA MARIA DE LIMA FERREIRA
LAYANE FERNANDES FERREIRA LOPES**

**A POLÍTICA DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA:
Uma análise da importância do trabalho do Assistente Social no
Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal do
Pará (UFPA) como requisito básico para
obtenção do grau de Bacharel em Serviço
Social.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Eliza Maria Almeida Vasconcelos
Orientadora

Prof.^a Dr^a
Membro da Banca

Prof.^a Dr^a
Membro da Banca

ABAETETUBA/PA
2018

AGRADECIMENTOS

Depois de muito esforço e dedicação, chegou o dia de escrever os agradecimentos. Adiei o quanto pude este momento, já que o mesmo remete a esta etapa tão importante de minha vida que consegui vencer com ajuda e compreensão de muitas pessoas que participaram de minha caminhada. Assim, agradeço primeiramente a Deus, por acompanhar todos os meus passos e pela força e paciência concedida a mim, que possibilitou com que este trabalho fosse finalizado.

À minha família, base de tudo e razão de minha existência. A minha mãe, Francinetti, pessoa guerreira que muito me ensinou e incentivou, sempre acreditando em meu potencial e que abdicou de muitos sonhos para que o meu pudesse ser realizado. Muitas são as palavras que eu gostaria de lhe dizer, agradecer somente é pouco, diante de tudo que você fez e faz por mim.

A minha única irmã Anna Clara, pelo carinho e amor demonstrados a mim, através de pequenos gestos, durante toda minha vida. *Maninha*, obrigada por tudo.

À minha filha Andreza Maria, por quem sou loucamente apaixonada e quem me ensinou o verdadeiro sentido da palavra Amor. Muitas vezes não me deixava estudar e mesmo percebendo que eu estava sem paciência, sempre fazia questão de estar perto de mim. Minha razão de viver, te amo.

A meu esposo, agradeço a paciência e todo amor dedicado durante esses anos de academia, que nunca me pediu ou me deixou desistir, nem naqueles momentos mais difíceis, de ausência e aflições. Agradeço também sua família, em especial minha sogra, Maria Raimunda, que muito me incentivou durante estes anos de jornadas acadêmicas.

Aos muitos amigos e professores de infância e adolescência: primos, tios, avô e avó, cunhados, já que são impossíveis de serem aqui enumerados, agradeço por me ajudarem e me inspirarem durante nossas conversas e histórias, mesmo que inconscientemente.

A minha companheira de TCC e de estágio Layane, pela dedicação em nosso trabalho. Obrigada por compartilhar comigo este momento tão importante de construção de conhecimento. Agora sabemos que valeu à pena.

Às minhas amigas Larissa e Thais. Agradeço por terem compartilhado comigo estes longos anos de graduação, os anseios e as dificuldades inerentes ao processo. Pelas risadas intermináveis deste trio, e por tudo que vivemos juntas.

À minha “Super Supervisora” de campo, Érica Laiana e a Assistente Social Ielma Francione, que me orientaram na busca pela apreensão do fazer profissional, mostrando-me os caminhos que devo seguir para ser uma profissional comprometida e competente. Muito obrigada!

Gostaria de agradecer ainda, à minha orientadora Elisa Maria Vasconcelos, que aceitou o desafio de nos orientar, e o fez com muita dedicação, atenção e paciência. Obrigada!

A todos os/as professores/as da Faculdade de Serviço Social, que socializam seus conhecimentos com os acadêmicos, os transformando em profissionais comprometidos e ensinando- os a enxergar além das aparências. Muito obrigada.

Agradeço também a todos que não mencionei aqui, mas que passaram por minha vida acadêmica e contribuíram de alguma forma com meu aprendizado e crescimento pessoal e profissional. Obrigada por acreditarem em mim e em meu potencial, quando muitas vezes nem eu mesma acreditava.

Camilla Maria de Lima Ferreira

AGRADECIMENTOS

“O Senhor é a minha força e o meu escudo; nele o meu coração confia, e dele recebo ajuda. Meu coração exulta de alegria, e com o meu cântico lhe darei graças”. (Salmos 28:7)

A Deus, por sua infinita misericórdia, cuidado, proteção, sabedoria concedida e por estar ao meu lado, seja em situações que pareciam-me tão adversas ou em momentos de profunda felicidade. Por permitir a renovação da minha esperança dia após dia, por Seu amor transformador. A Ti seja toda honra e toda glória!

Aos meus pais, Fernandes Lopes e Noeme Lopes por todo amor, paciência demonstrados. Essa vitória pertence a vocês, pois acreditaram e orientaram-me a qual caminho seguir, por todo esforço e investimentos feitos, por cada súplica e oração a meu favor. Muito obrigada por todas as palavras e ações que refletiram a confiança em minha trajetória. Por nossos momentos de alegria, de luta que nos fortaleceram. Pelo ensino da importância de uma vida dedicada a Deus. Amo vocês!

A minha irmã, Nayane Fernandes, por sempre acompanhar-me, por dispor-se a conversar e refletir sobre meus questionamentos. Pelos momentos que tentou me aconselhar e eu também terminei por aconselhá-la, por ser uma irmã paciente, com um riso único que cativa e alivia muitas preocupações, por todos os momentos felizes vividos. Deus te abençoe, pois tenho certeza que serás uma excelente profissional.

A toda minha família.

Aos meus avós Venina, Joserizo, Sebastiana e especialmente Raimundo Nonato, homem de fé, de coragem, sábio, que há anos luta contra a dor, mas tem a certeza que está combatendo o bom combate, pelo poder de Deus. Obrigada por todas as intercessões, orientações e palavras de motivação.

Aos meus tios e tias, especialmente: Lina Elza e José.

Aos meus primos e primas, especialmente: Larissa, Renata, Mikley Cauê, Marcello Henrique, Denner e por fim, Michel Douglas, quem acompanhou por anos a mim e minha irmã entre idas e vindas e conseguiu também vencer.

Aos meus amigos, especialmente: Rejane e João Diogo, por todo companheirismo, por todo carinho e por juntos termos compartilhado boas situações que permitiram a caminhada ficar mais leve. Apesar da minha conhecida seriedade, admito que amo sorrir com vocês!

A Lourivaldo de Azevedo e família, por ser um servo de Deus disposto e dedicado, mesmo estando em idade avançada. Por demonstrar que a tranquilidade, serenidade, paciência, o silêncio, a compreensão e o amor ainda são extraordinários caminhos. Por toda afeição demonstrada para com minha família. Onde vocês forem, Deus estará com vocês!

Aos discentes da turma de Bacharelado em Serviço Social – 2013 do Campus Universitário de Abaetetuba, especialmente aqueles que formaram meu grupo de trabalho e tornaram-se grandes amigos de produção acadêmica e de toda vida: Cristiane, Debora, Eloizo, Franciane, Josiane, Marielma. A vocês desejo o que há de melhor no mundo, por todo sacrifício e dedicação, por toda grande capacidade demonstrada.

A Adna Gleyse e Nilma Batisma, grandes amigas que conheci na faculdade, por me motivarem com todas as palavras e posturas quão valiosa é ser uma serva de Deus. Que Ele seja sempre o primeiro em nossas vidas!

Aos professores/coordenadores e integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Infância e Filosofia (GEPEIF/CNPQ), por permitirem a minha contribuição e envolvimento em principais atividades, mesmo sendo de outra área de conhecimento. Por mostrar-me a importância da aplicação da pesquisa para o desenvolvimento do conhecimento e valorização de determinada área de intervenção.

A todos os funcionários da Casa do Cidadão – Setor Habitacional, especialmente: minha Supervisora de Campo, Érica Laiana, à Coordenadora (Assistente Social) Ielma Francione, por todo incentivo, confiança, apoio, conhecimento, compartilhados. Pelo reconhecimento da importância do estágio para formação profissional e por conduzirem esse processo de forma extremamente competente. Muito obrigada, por todas as oportunidades concedidas, experiências vividas que despertaram para diversas faces da realidade aparente. Por todos os momentos felizes, pela amizade construída. Obrigada pelas sugestões, orientações que permitiram pensar e esclarecer os rumos da temática do TCC. Quando tudo parecia difícil, vocês estenderam a mão e abriram as portas do campo de estágio ao qual fui inserida, e proporcionaram-me a vivência dos melhores meses da minha formação acadêmica. Vocês sempre serão minha referência, por sonharem e diariamente fazerem o que é certo. Profissionais como vocês são únicos e fundamentais! Vocês são e-x-c-e-l-e-n-t-e-s! Meus Sinceros agradecimentos.

Às minhas colegas de formação acadêmica e que tornaram-se parceiras de estágio: Dayane Janinne, Lidiane, Nilma, especialmente Camilla Maria, que tornou-se minha amiga de produção de relatórios, realização de atividades, produção deste trabalho. Por juntas reconhecermos nossas limitações, ainda assim percebermos nossa força, produzindo mais, indo mais longe. Por toda superação e por compartilhar esse importante desafio comigo. Obrigada!

À minha orientadora Dra. Eliza Maria Vasconcelos, pela acolhida, por todas as significativas orientações dadas, por conduzir também de forma tranquila o processo de supervisão acadêmica e por confiar nos direcionamentos deste trabalho.

Aos professores que ministraram disciplinas para a turma de Serviço Social 2013 – Abaetetuba, especialmente: Nádia Fialho, Tamara Aguirre, Christiane Pimentel, Verônica Abreu.

A todos aqueles que questionam, lutam e lutarão pela qualidade da formação em Serviço Social no Campus UFPA – Abaetetuba.

A todos aqueles e aquelas que conheci e compartilham alegrias, provocaram-me a curiosidade de conhecer, de amar, de sonhar, de ir além de minhas limitações.

Àqueles que de alguma forma colaboraram para o surgimento de novas ideias, contribuíram para realização deste trabalho. Obrigada!

Layane Fernandes F. Lopes.

RESUMO

O presente trabalho, intitulado: “A política de habitação no Município de Abaetetuba/Pa: uma análise da importância do trabalho do Assistente Social no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)”, tem como objetivo central analisar, no contexto de execução do referido programa habitacional, a importância e contribuições do trabalho do Assistente Social na Política de Habitação no trabalho técnico social desenvolvido no Município de Abaetetuba/PA, buscando caracterizar a trajetória da política de Habitação no Brasil e o trabalho do assistente social na defesa do direito à moradia, abordar a gênese do PNHR, assim como apresentar os impactos da inserção do trabalho técnico social do Assistente Social na política de habitação rural a partir do trabalho com as demandas. Analisa também as perspectivas do poder público e dos beneficiários quanto a efetivação do programa e a importância do profissional para realização das atividades que promovem o acesso de sujeitos ao direito à moradia. Trata-se de uma investigação a partir de abordagem qualitativa, fazendo-se um levantamento bibliográfico, em livros, teses e artigos científicos, fundamentando-se em autores como: BONDUKI (1982; 1994), FERREIRA (2009), IAMAMOTO (2009; 2000), MARICATO (1987), REIMANN (2015), SILVA (2014); VASCONCELOS et al (2014), NALIN (2013), AMMANN (2009), PAZ; TABOADA (2010), NETTO (1999), Política Nacional de Habitação - PNH (2004), entre outros, que tratam sobre habitação rural; exercício profissional; gestão da política habitacional; Leis e publicações sobre a Habitação no Brasil. Realiza-se entrevista, com profissionais do setor habitacional do município: Coordenadora/Assistente Social (1), Assistente Social (1) e representantes de entidades organizadoras (2). Verifica-se na pesquisa que o trabalho do assistente social é fundamental na realização de programas habitacionais. Dada a relevância do assunto analisado torna-se imprescindível dar continuidade a pesquisas que possam aprofundar o estudo sobre a política habitacional em âmbito rural, identificando novas possibilidades do trabalho do assistente social. Também possibilita a compreensão sobre a inserção histórica profissional do assistente social na área habitacional, trazendo reflexões sobre as perspectivas de profissionais e usuários da política habitacional rural do Município de Abaetetuba/Pa. Admite-se portanto, que a pesquisa contribui para o entendimento de estudantes, profissionais, instituições sociais e sociedade civil em geral, de que o trabalho do assistente social é fundamental dentro da política habitacional a partir de ações transformadoras que priorizam a defesa dos direitos previstos nas legislações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação. Trabalho Técnico Social. Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Setor Habitacional.

ABSTRACT

This work, entitled: "housing politics in the city of Abaetetuba/PA: an analysis of the importance of the work of the Social worker in the Program National Rural Housing (PNHR) ", aims to analyze central, in the context of the implementation of the housing programme, the importance and contributions from the Social worker's work on housing politics in the social technical work developed in the city of Abaetetuba/PA, seeking to characterize the trajectory of the housing politics in Brazil and the social worker's work in defending the right to housing, to address the genesis of PNHR, as well as present the impacts of the social technical work insertion of the Social worker in rural housing politics from the work with the demands. Also examines the prospects of the Government and of the beneficiaries as the execution of the programme and the importance of professional to carry out the activities that promote access of subjects to the right to housing. This is an investigation from a qualitative approach, a survey in bibliographic books, theses and scientific articles, basing himself in such authors as: BONDUKI (1982; 1994), FERREIRA (2009), IAMAMOTO (2009; 2000), MARICATO (1987), REIMANN (2015), SILVA (2014); VASCONCELOS et al. (2014), NALIN (2013), AMMANN (2009), PAZ; TABOADA (2010), NETTO (1999), National housing politics - PNH (2004), among others, treating about rural housing; professional practice; management of housing politics; Laws and publications on housing in Brazil. Is interview, with professionals in the housing sector of the municipality: Coordinator/Social worker (1), Social worker (1) and representatives of Organizing Committee (2). It is found in the research that the work of the social worker is instrumental in housing programmes. Given the relevance of the subject becomes indispensable parsed continue research that may deepen the study on the housing politics in rural scope, identifying new possibilities of social worker. It also allows the understanding of the historical professional insertion social worker in the housing area, bringing reflections on the perspectives of professionals and users of the rural municipality of housing politics Abaetetuba/PA. It is assumed that the research contributes to the understanding of students, professionals, social institutions and civil society in complete, that the work of the social worker is fundamental within the housing politics from transformative actions that prioritize human rights provided for in social legislation.

KEYWORDS: Housing. Social Technical Work. National Rural Housing Program (PNHR). Housing Sector.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Organograma 1 – Sistema Nacional de Habitação	35
Mapa 1 – Município de Abaetetuba/Pará	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Déficit Habitacional Rural no Brasil	53
Tabela 2 – Dados PNHR: Município de Abaetetuba/Pa	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH - Banco Nacional de Habitação
CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CEF - Caixa Econômica Federal
CMHIS Conselho Municipal de Habitação
COHAB - Companhia de Habitação
COTS - Caderno de Orientação Técnica Social
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DC - Desenvolvimento de Comunidade
FAR - Fundo de Arrendamento Residencial
FCP - Fundação da Casa Popular
FDS - Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS - Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FJP - Fundação João Pinheiro
FMHIS - Fundo Municipal de Habitação
FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FNRU - Fórum Nacional de Reforma Urbana
FNRU - Fórum Nacional pela Reforma Urbana
GIDUR - Gerências de Desenvolvimento Urbano
IAP's - Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDU - Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
MNRU - Movimento Nacional de Reforma Urbana
MNRU - Movimento Nacional pela Reforma Urbana
OGU - Orçamento Geral da União.
ONU - Organização das Nações Unidas
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PHRSS - Programa Estadual de Habitação Rural
PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida
PNDU - Política de Desenvolvimento Urbano
PNH - Plano Nacional de Habitação
PNH - Política Nacional de Habitação

PNHIS - Política Nacional de Habitação de Interesse Social
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural
PNHU - Programa Nacional de Habitação Urbana
PROFILURB - Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados
PROMORAR - Programa de Erradicação da Sub-Habitação
PTS - Projeto de Trabalho Social
SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SFH - Sistema Financeiro de Habitação.
SNH - Sistema Nacional de Habitação
SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SNM - Sistema Nacional de Mercado
TS - Trabalho Social
UFPA - Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A POLÍTICA DE HABITAÇÃO BRASILEIRA E O SERVIÇO SOCIAL	20
2.1 Para compreender a gênese e o desenvolvimento da política de habitação brasileira	20
2.2 A trajetória da atuação do Assistente Social na defesa do direito à moradia	37
3 CONTEXTUALIZANDO A GÊNESE DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL (PNHR) NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA	45
3.1 O Município de Abaetetuba/PA	46
3.2 Caracterização do Setor Habitacional	50
3.3 O Programa Nacional de Habitação Rural.....	51
4 ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA A PARTIR DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL (PNHR)	57
4.1 O Trabalho Técnico Social e os impactos de sua inserção na política de habitação rural.....	57
4.2 A atuação do Assistente Social no atendimento às demandas do PNHR: as perspectivas do poder público e da entidade organizadora (associação).....	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS.....	87
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFISSIONAIS DO SETOR HABITACIONAL.....	94
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS REPRESENTANTES DAS ENTIDADES ORGANIZADORAS PROPONENTES DO PNHR.....	95
APÊNDICE C - OFÍCIO PARA AUTORIZAÇÃO DE COLETA DE DADOS NA INSTITUIÇÃO	96
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	97

1 INTRODUÇÃO

Com a reprodução das relações sociais de produção, temos hoje uma conjuntura social marcada pelo agravamento da questão social, que em consequência produz rebatimentos nas políticas públicas que devem ser promovidas pelo estado. Para isso, a atuação profissional é fundamental, pois permite novas formas de enfrentamento às diversas refrações da questão social, onde o assistente social possa concretizar suas competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, enfim, um projeto ético político. Portanto, situar o Serviço Social no espaço sócio ocupacional da habitação, é analisá-lo em um meio conflituoso, tendo como premissa a efetivação do direito à moradia e a necessidade de afirmação e fortalecimento da profissão diante o atual cenário de desmonte de direitos legalmente previstos. Dessa forma, como pode-se compreender a importância do exercício profissional do Assistente Social na política de habitação rural?

A presente pesquisa surgiu pelo interesse de estudar sobre o exercício profissional do Assistente Social na Política de Habitação na área rural, devido uma maior aproximação com o cotidiano de trabalho a partir do PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural), ou seja, a escolha em desenvolver esta pesquisa nasce a partir do nosso engajamento como estagiárias de Serviço Social da Universidade Federal (UFPA) através da disciplina de Estágio Supervisionado I, II e III, na Casa do Cidadão, que nos oportunizou a experiência de um fazer profissional na área de habitação, especificamente nossa inserção em campo empírico voltado a questão da habitação rural, possibilitando um olhar para este objeto de pesquisa.

Com uma maior aproximação durante o estágio, através das visitas domiciliares, identificou-se algumas situações que prejudicavam o processo de triagem da demanda, a exemplo, o fato da entidade organizadora (cooperativas, associações) não esclarecer à comunidade o objetivo do Programa, o público alvo, pré-requisitos que os beneficiários devem preencher, entre outros, o que não deixava claro para a comunidade quem realmente deveria ser beneficiário do PNHR.

Assim, proponentes que: já tinham uma casa própria e em boas condições de habitabilidade, que não moravam na comunidade e desejavam uma casa para fins de passeios aos finais de semana ou nas férias do mês de julho, aqueles que não exerciam atividades rurais, que já possuíam uma unidade habitacional e desejavam garantir herança para os filhos ainda adolescentes, aqueles que

possuíam vínculos familiares ou de amizade com os líderes da comunidade e que não estavam dentro dos critérios do programa, enfim, entravam na lista da demanda indicada pela associação, enquanto as famílias da comunidade que realmente necessitavam da nova unidade habitacional ficavam excluídas do processo.

Também identificou-se que nas comunidades rurais de mais difícil acesso, principalmente as quilombolas, a realidade habitacional agrava-se, pois grande parte da população ainda encontra-se vivendo em péssimas condições de moradia, principalmente em uma zona rural que apresenta comunidades distantes do centro urbano e com a falta de acesso à educação pública de qualidade, segurança pública, postos de saúde, ausência de equipamentos sociais que assegurariam o mínimo de condições de vida digna para essa população do campo.

Os profissionais de Serviço Social buscam deixar claro para o usuário que a habitação é uma política pública e direito social do cidadão e não uma moeda de troca ou uma caridade feita pelo gestor ou por outro governante, pois foi com esse caráter que a política habitacional começou no município em 2009, e infelizmente as consequências de uma gestão que não considerava integralmente as normativas da política habitacional ainda confrontam-se com uma gestão comprometida em efetivar o que está previsto em lei.

Com base no exposto acima, o presente trabalho tem o objetivo central analisar a importância do trabalho do Assistente Social na Política de Habitação no Município de Abaetetuba/PA a partir da execução do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e algumas ações específicas e articuladas entre si quais sejam: caracteriza a trajetória da política de Habitação no Brasil e o trabalho do assistente social na defesa do direito à moradia, aborda a gênese do PNHR, assim como apresenta os impactos da inserção do trabalho técnico social do Assistente Social na política de habitação rural a partir do trabalho com as demandas, abordando também as perspectivas do poder público e dos beneficiários quanto a efetivação do programa.

Portanto, este estudo proporciona o conhecimento sobre a Política Habitacional na área rural do Município de Abaetetuba/Pa e a importância do exercício profissional do Assistente Social no acesso dos sujeitos ao direito à moradia.

Leva-se em consideração também que o município possui um significativo índice populacional em área rural indicado desde o Censo de 2010, onde a

população era composta por 58.102 (41,18%) habitantes em comparação com 82.998 (58,83 %) habitantes que residiam em área urbana. A relevância desta pesquisa está no fato de estudar a região com características geográficas e populacionais rurais que modificaram-se e principalmente porque aborda uma das formas dessa população ter acesso a sua moradia própria através de um programa habitacional, uma vez que em Abaetetuba/PA o Assistente Social é o profissional que também trabalha com demandas do PNHR.

Nesta produção acadêmica pretende-se também sinalizar resultados que possibilitem refletir sobre a importância do maior acesso de famílias à moradia e outras políticas como saúde, educação, formação profissional, contribuindo para que estudantes, profissionais, instituições entendam o exercício profissional do Assistente Social no seu âmbito de atuação, promovendo o debate sobre como se realiza a Política Habitacional em área rural, apontando para a necessidade de construção de um estudo sócio territorial.

Toda a discussão neste trabalho está embasada por referencial teórico que tratam e/ou contribuem sobre o tema, tais como: BONDUKI (1982;1994), FERREIRA (2009), HARVEY (2012), IAMAMOTO (2009;2000); MARICATO (1987); REIMANN (2015); SILVA (2014); VASCONCELOS et al (2014); NALIN (2013), AMMANN (2009); PAZ; TABORADA (2010); NETO (1999), entre outros.

De acordo com Gil (1999) após as etapas iniciais de um projeto de pesquisa, é necessário formular a constatação da atividade teórica com os dados da realidade, estabelecendo “a etapa em que o pesquisador passa a considerar a aplicação dos métodos discretos, ou seja, daqueles que proporcionam os meios técnicos para investigação” (GIL,1999, p. 64). Para Minayo (1994), a metodologia compreende a fase exploratória de uma pesquisa, assim como os instrumentos a serem aplicados no decorrer da pesquisa e procedimentos de análise de dados.

Partindo destas definições, para atender seus objetivos a pesquisa desenvolveu uma metodologia que teve como estudo de caso a Casa do Cidadão, situada na Rua Barão do Rio Branco, nº 1168, bairro: Centro, Abaetetuba/PA, tendo como sujeitos da pesquisa assistentes sociais e usuários da instituição. No proceder metodológico esta pesquisa é do tipo qualitativa de caráter exploratório, delineada a partir dos instrumentos de coleta de dados secundários como a pesquisa bibliográfica e documental.

Assim, utilizando-se da abordagem qualitativa, por permitir a maior aproximação com os significados do objeto de estudo, das relações sociais envolvidas, analisou-se no contexto de realização do Programa Nacional de Habitação Rural quais as percepções de profissionais e usuários quanto a importância do exercício profissional do Assistente Social.

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica, para apropriar-se do tema, identificando autores que tratam sobre a problematização do trabalho, sobre o histórico da política de habitação e a atuação do Assistente Social na política de habitação no Brasil e pesquisa documental para se obter leis que definem o direito à moradia, conceituam a Política de Habitação, assim como dados institucionais que apresentaram as principais características da instituição, das demandas do Assistente Social na instituição e no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Em um segundo momento, houve também a coleta de dados primários (Estudo de Campo) na instituição supra citada em que há a atuação de Assistentes Sociais para possibilitar maiores informações sobre o objeto de estudo, onde foi realizada entrevista individual com a aplicação de roteiro semiestruturado com perguntas abertas para os profissionais que atualmente estão inseridos no Setor Habitacional e representantes das Entidades Organizadoras, fazendo juntamente a observação participante.

Essa etapa respondeu a muitas das expectativas em relação à pesquisa, uma vez que de acordo com Minayo (1994) estabeleceu-se uma aproximação de conhecimento e estudo do objeto, possibilitando a construção de conhecimento a partir da realidade vivenciada em campo.

Considerando os objetivos descritos e a metodologia brevemente apresentada, a organização do trabalho encontra-se em cinco seções estruturadas da seguinte forma, a saber:

A primeira seção apresenta, de forma sintetizada, os objetivos do presente estudo, assim como o percurso metodológico de realização da pesquisa. Na segunda seção são abordadas questões históricas e marcos legais referentes ao direito à moradia, com discussões teóricas acerca da legitimação da política habitacional no Brasil, e por fim, como se deu a construção histórico-social da atuação do assistente social na defesa do direito à moradia. A terceira seção apresenta a gênese do programa a partir do reconhecimento do município, da caracterização do Setor Habitacional e apresentação do Programa Nacional de

Habitação Rural (PNHR). Na quarta seção debate-se sobre a atuação do assistente social a partir da análise da execução do PNHR no município, apresentando como realiza-se o trabalho técnico social na triagem da demanda do programa e as percepções da importância do exercício profissional partindo da análise da concepção dos próprios profissionais e entidades. A quinta e última seção, refere-se às considerações finais acerca do trabalho, sua importância e relevância social e resultados alcançados com a pesquisa.

2 A POLÍTICA DE HABITAÇÃO BRASILEIRA E O SERVIÇO SOCIAL

A presente seção trata de reflexões sobre a constituição histórica da política de habitação brasileira, e também como se caracteriza a trajetória da atuação do Assistente Social na defesa do direito à moradia.

Refletir sobre a habitação é pensar no direito à cidade e nos diferentes espaços e como a lógica de desenvolvimento interfere no processo de acesso da sociedade a direitos assumindo também uma abordagem que é histórica e relacionada ao acesso à propriedade da terra.

O surgimento das cidades está historicamente relacionado à lógica do desenvolvimento do modo de produção capitalista que tem como um de seus produtos formas de concentração populacional e de crescimento geográfico que permitem a criação por vezes desordenada de centros urbanos, sendo necessária a criação de espaços urbanos propícios para a implantação do grande capital. Assim, pode-se considerar que:

A necessidade perpétua de encontrar terreno lucrativo para a produção e absorção de excedente de capital molda a política do capitalismo e, [...] a urbanização desempenhou um papel particularmente ativo [...] mas ao preço do explosivo processo de destruição criativa que tem desapropriado as massas de qualquer direito à cidade. (HARVEY, 2012, p. 74-75-85).

As transformações realizadas nas cidades implicam em reestruturar as suas áreas urbana e rural, uma vez que no atual estágio de desenvolvimento há a expansão de espaços de produção. Diante disso, é importante que a moradia enquanto direito à cidade seja tomada como objeto de luta social da sociedade, relacionando ao que Harvey (2012) relembra sobre os argumentos de Lefebvre quando este afirmou ainda na década de 1960 que a separação entre o rural e o urbano iriam diminuir, tornando-se espaços em desenvolvimento geográficos desiguais comandados pela hegemonia do capital e do Estado.

2.1 Para compreender a gênese e o desenvolvimento da política de habitação brasileira

A política de habitação no Brasil possui uma trajetória de desenvolvimento relacionada à estruturação do processo formação, organização e urbanização da

cidade. No avanço das modificações realizadas construíram-se também formas legais de direcionar recursos e ações voltadas para a questão habitacional, configurando-se assim historicamente projetos de gestão que delinearão a Política Habitacional no país.

No século XIX, o latifúndio era ainda a principal forma de ocupação da terra no país, portanto, até a metade do século XIX o acesso à propriedade da terra no Brasil era através de ocupações ou através da coroa portuguesa, que cedia as cartas de sesmaria.

Durante a colonização, o que marcou a aquisição de terras foi o regime sesmarial, qual seja: grandes áreas eram concedidas pela administração portuguesa a poucos proprietários, e estes ficavam comprometidos a dar utilidade às terras recebidas. Dessa maneira, houve a predominância do latifúndio. A elevada tributação portuguesa fez com que muitos sesmeiros abandonassem suas propriedades e se instalassem em outras áreas. (HELLER, 2009, p. 4).

Para controlar a ocupação da terra, em 1850 foi criada a “Lei de Terras” que regularizou a propriedade fundiária urbana e rural, determinando que a posse legal da terra seria os donatários que detinham as cartas de sesmaria (tinham o direito de uso da propriedade mas não eram considerados donos) ou aqueles que ocupavam sem contestação determinada propriedade, sendo necessário para os demais o sistema de compra e venda da terra, ou seja, a partir disso a terra é vista como mercadoria onde poucos poderiam ter acesso.

O fim do século XIX caracterizou-se pela tentativa do governo republicano em organizar a propriedade fundiária, todavia a regularização ainda permaneceu marcada por fraudes e falsificações e crise política que resulta na proclamação da república, somado a isso o país estava no contexto social e econômico de ascensão da produção cafeeira ditada por seus barões do café, portanto, com a abolição da escravidão em maio de 1888, trabalhadores livres, ex-escravos e imigrantes diante da necessidade de subsistência passaram a tornar-se compulsoriamente força de trabalho assalariada nas grandes fazendas, assim “na prática, a substituição do trabalho escravo pelo assalariado deu-se no Brasil ao mesmo tempo em que a terra livre tornou-se privada [...]” (FERREIRA, 2009, p. 16). No contexto brasileiro,

A Lei de Terras praticamente antecipou-se às grandes transformações que viriam a ocorrer no fim do século, com o fim da escravidão e o início da industrialização, garantindo a propriedade da terra rural e urbana aos

poderosos, antes da possibilidade de uma economia mais aberta à mão de obra não escrava, e, portanto, consumidora; [...] a insalubridade, as epidemias, a violência, a alta densidade eram as marcas dos bairros populares. (FERREIRA, 2009, p. 16).

Silva (2014) enfatiza que essa população pobre estava em uma condição de não poder adquirir um imóvel, assim, iniciou-se um processo de ocupação de áreas públicas e particulares, com construções impróprias, sem planejamento, colaborando para uma realidade onde predominou a poluição, desemprego, violência, ausência de serviços básicos de infraestrutura. Como consequência houve o surgimento de “problemas graves relacionados a problemas de saúde, educação e poluição, exigindo ação do Estado na busca de soluções” (SILVA, 2014, p. 16).

Nesse momento a demanda por moradia tornou-se uma das principais problemáticas da época, pois com o fim da sociedade escravocrata, a provisão da moradia tornou-se de responsabilidade do próprio trabalhador e outro agravante foi o surgimento de uma grande parcela da mão de obra composta por negros libertos que passaram a trabalhar em serviços de limpeza urbana e se concentraram nas áreas mais periféricas, uma vez que após a abolição o mercado de trabalho absorveu mão de obra composta em sua maioria por brancos estrangeiros que chegavam no país.

As cidades passaram por um aumento do número populacional, sem uma infraestrutura urbana capaz de gerar políticas de saneamento, habitação, por exemplo, para uma população pobre que aos poucos foi expulsa dos centros urbanizados, concentrando-se nas casas de aluguel, nos cortiços e favelas. Assim, outra importante concepção é o que enfatiza Silva (2014, p. 16):

Na República Velha o foco principal do Estado foi o embelezamento da cidade, objetivando atrair o investidor estrangeiro. A questão da moradia não era uma preocupação do Estado apenas pelo déficit habitacional era um instrumento de controle político e econômico, em resposta ao grande capital. Além disso, havia uma outra preocupação relacionada ao perigo que as favelas e cortiços poderiam representar no futuro, em termos de contaminação.

Na realidade, na República Velha (1889-1930), as ações do Estado voltadas para a produção habitacional e organização das locações de imóveis sempre foram incapazes de intervir na real dificuldade de ausência de moradia, pois haviam outros interesses em questão, porque sendo “[...] fiel ao liberalismo predominante, o Estado privilegiava a produção privada e recusava a intervenção direta no âmbito da

construção de casas para os trabalhadores” (BONDUKI, 1994, p. 712). Nesse contexto Bonduki (1982; 1994) afirma:

A produção da moradia operária no período de implantação e consolidação das relações de produção capitalistas e de criação do mercado de trabalho livre, que corresponde aos primórdios do regime republicano, era uma atividade exercida pela iniciativa privada, objetivando basicamente a obtenção de rendimentos pelo investimento na construção ou aquisição de casas de aluguel. (BONDUKI, 1982; 1994, p. 712)

Quando analisam a questão social nas décadas de 1920 e 1930 Iamamoto e Carvalho (2009) afirmam que há nesse momento a ampliação de um trabalho livre na sociedade brasileira cujo passado escravocrata era recente, onde o trabalhador tornou-se aquele que “como vendedor livre da sua força de trabalho [...] sucumbe inexoravelmente à exploração desmedida [...] a extrema voracidade do capital por trabalho excedente” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 134).

A partir dessa perspectiva, entende-se que a exploração do proletariado encontra-se centralizada na apropriação do excedente do trabalho realizado, na apropriação do trabalho coletivo, em que no conjunto das relações de produção, ou seja, na produção social, o trabalho, cada vez mais torna-se coletivo, entretanto, a apropriação deste é particularizada, privatizada, monopolizada por uma minoria da sociedade que detém os meios de produção. Portanto, contraditoriamente estará no mercado a sobrevivência e o meio pelo qual o trabalhador garantirá a sua reprodução social através da venda da sua força de trabalho.

Para sobreviver, o homem precisa produzir seus meios de subsistência e, para isso, tem que dispor dos meios necessários à sua produção. Quando o trabalhador está desprovido dos meios de produção, está também, desprovido dos meios de subsistência. À medida que estes se contrapõem ao trabalhador, como propriedade alheia monopolizados por uma parte da sociedade – a classe capitalista – não lhe resta outra alternativa senão vender parte de si mesmo em troca do valor equivalente aos meios necessários para sua subsistência e de sua família, expressos através da forma salário. A condição histórica para o surgimento do capital e o pressuposto essencial para a transformação do dinheiro em capital é a existência no mercado da força de trabalho como mercadoria. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 45).

Quanto a essa situação de empobrecimento e precarização das condições de trabalho que estende-se do final do século XIX e início do século XX:

O operário contará para sobreviver apenas com a venda diária da sua força de trabalho, sua e de sua mulher e filhos. [...] As frequentes crises do setor industrial, ainda emergente, são marcadas por dispensas maciças e rebaixamentos salariais, que tornam mais sombria a vida do proletariado”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 138).

Ainda nessa conjuntura histórica a moradia no Brasil é entendida como questão de saúde pública e objeto de repressão do Estado devido o quadro de insalubridade de muitos cortiços e outros locais ocupados pela maioria da população, cabendo ao poder público tomar ações que foram desde a criação de legislações sanitárias à repressões policiais e incentivo a locadores para produção de vilas destinadas aos operários pois teriam garantidas suas isenções fiscais, onde a “produção de casas e cortiços atendeu, do ponto de vista quantitativo, às necessidades da população” (BONDUKI, 1994, p. 713), com a produção de “uma ampla diversidade de soluções habitacionais de aluguel para os diferentes segmentos sociais e faixas de renda” (BONDUKI, 1994, p. 713). Apesar da superação relativa da carência de moradias do início da república, o poder público mostrou-se sem grande domínio de intervenção na questão habitacional. Segundo Bonduki (1994, p. 713-714),

Este relativo equilíbrio entre oferta e procura de habitação, no entanto, era proporcionado graças à produção ou adaptação para moradia popular de pequenas células insalubres, de área reduzida e precárias condições habitacionais, genericamente denominadas “cortiços”, consideradas o inimigo número 1 da saúde pública [...] Em suma, o Estado não assumia a responsabilidade de prover moradias nem a sociedade lhe atribuía esta função.

Para continuar incentivando a produção privada de moradias o poder público motiva os industriários (mesmo os seus trabalhadores) a construírem vilas operárias ou moradias de aluguel próximas à indústria, sob o discurso de manutenção do controle político e ideológico do operariado que também movimentava-se em relação às políticas do Estado e às suas condições de trabalho. Essa foi a ideologia que perpetuou na República Velha e estendeu-se nas décadas seguintes:

As vilas operárias eram conjuntos de casas construídas pelas indústrias para serem alugadas a baixos aluguéis ou mesmo oferecidas gratuitamente a seus operários. Estas iniciativas tiveram um impacto importante em várias cidades brasileiras, pois são os primeiros empreendimentos habitacionais de grande porte construídos no país. [...] A tendência do Estado e da elite dominante durante a República Velha sempre foi considerar as vilas operárias como uma iniciativa modelar a ser estimulada, pois garantia

condições dignas de moradia, superando a insalubridade dos cortiços, sem exigir a intervenção do poder público, e, ainda, proporcionando um controle ideológico, político e moral aos trabalhadores, muito bem visto frente ao sempre presente temor de uma revolta operária. (RAGO, 1985 apud BONDUKI, 1994, p. 775).

Em 1929, a economia global enfrenta uma crise econômica e no Brasil, suas formas marcaram esse período da história social por transformações importantes em que o país sofre de fato seu processo de industrialização, onde a partir dos anos 1930, intensificou-se a transformação da estrutura social e econômica do país.

Um dos fenômenos mais decorrentes dos processos de industrialização são os fluxos migratórios, e no Brasil aconteceu no período a migração rural-urbano, o êxodo rural, com a saída de população do campo para as cidades, gerando o adensamento populacional na cidade que “lança no quadro político amplo contingente de população” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 249). Como ratificam lamamoto e Carvalho (2009, p. 136):

A crise do comércio internacional em 1929 e o movimento de outubro de 1930 representam um marco importante na trajetória da sociedade brasileira. Aparecem como momentos centrais de um processo que leva a uma reorganização das esferas estatal e econômica, apressando o deslocamento do centro motor da acumulação capitalista das atividades de agro-exportação para outras de realização interna.

De características agro-exportadoras o país tornou-se gradualmente urbano industrial, onde o Estado que estava iniciando-se com a Era Vargas (1930-1945) após a revolução de 1930 tomou uma política desenvolvimentista de incentivo à industrialização e substituição de importações a partir da produção interna e fortalecimento do seu controle na esfera social, econômica e política após décadas de dominação hegemônica das grandes oligarquias latifundiárias, demarcando um estado brasileiro que buscou se legitimar diante as camadas urbanas e ampliar uma política de massa e populista capaz de “formular uma política econômica e social que, apesar de às vezes ser contraditória e descontínua, apresenta certas características bem definidas” (BONDUKI, 1994, p. 716).

Diante desse cenário, muitas políticas em especial foram promovidas, como a trabalhista, mas especificamente a questão da habitação no Brasil foi motivo de algumas intervenções estatais, cujo objetivo era conter a irregularidade dos locais de construção das moradias e sanar problemas ligados à insalubridade uma vez que o Estado passou a sinalizar intervenções na produção e na organização do mercado

de aluguel, até então direcionado pelas livres leis do mercado, da livre concorrência, da livre negociação entre locador e inquilino marcando a tentativa de criar uma política habitacional no país por sua responsabilidade.

Como a habitação sempre representou um grande ônus e um problema dos mais graves a ser resolvido pela classe trabalhadora urbana, visto o aluguel da moradia consumir uma parcela considerável do salário, a formulação pelo Estado de um programa de produção de moradias e de uma política de proteção ao inquilinato tinha ampla aceitação pelas massas populares urbanas e mostrava um governo preocupado com as condições de vida da “população menos favorecida”. (BONDUKI, 1994, p. 717).

Pode-se afirmar que o processo de industrialização a partir de 1930 resultou em consequências onde houve o aumento dos índices de pobreza, a falta de saneamento básico, desemprego, favelização, construção de habitações precárias, resultando em uma política de habitação tardia,

[...] concomitante a esse cenário, desde os anos 1930, o real perfil da intervenção do Estado no campo da moradia popular foi marcado por políticas voltadas tanto para a erradicação, quanto para a integração subordinada e excludente de favelas, mocambos e cortiços às cidades. Tais ações concentraram-se notadamente nas principais cidades - palco do desenvolvimento urbano-industrial desigual e combinado do país - que sofreram os impactos do processo de expropriação da terra no campo e da mudança demográfica da população de rural para urbana. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2016, p. 23).

Os governos populistas das décadas iniciais do século XX definiram suas ações no sentido de disseminar a política clientelista e controladora da vida social sem prover soluções efetivas para a problemática habitacional:

Como é característico dos regimes e governos de cunho populista, sensibilidade para atacar questões com grande repercussão na vida do trabalhador, como o peso do aluguel no orçamento familiar, ou de grande visibilidade pública e apelo clientelista, [...] O resultado é a ausência de uma política centralizada e o surgimento de uma colcha de retalhos de intervenções. Isto, no entanto, não obscurece a importância da ação governamental neste período, pois ela representou uma ação concreta que deu início à ideia da habitação social no Brasil. (BONDUKI, 1994, p. 719).

Partindo dessas reflexões pode-se demarcar que historicamente a política habitacional possui sua gênese na sua cooptação pelos interesses políticos de sustentar uma hegemonia perante a sociedade utilizando seus motivos de favorecimento a massa populacional como objeto de influência política, ainda assim

se reconhece a importância desses processos históricos para o que têm-se atualmente construído e conquistado no campo da Política Habitacional. Pontua-se também que foi a partir de 1930 que o governo assumiu o controle sobre os aluguéis e abrangeu a ideologia da casa própria como um bem de consumo do trabalhador, o que se ampliou nas décadas seguintes, esgotando na crise habitacional na década de 1940.

A política pública de Habitação Social no Brasil foi apresentada a partir de instrumentos legais que tratam sobre o direito à moradia, todavia, é um fator histórico considerar que a intervenção estatal nunca garantiu o direito universal à moradia. Uma das primeiras experiências de investimento de recursos diretamente para o setor habitacional foi a criação em 1937 das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's), os quais foram instituições previdenciárias criadas no âmbito do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no período de entre 1933 e 1938 com o objetivo de administrar os fundos de aposentadorias e pensões, incluindo um sistema de seguro social garantindo ao trabalhador assalariado e contribuinte a aposentadoria e pensão principalmente de setores como marítimo, bancário, comerciários, industriários. Com a criação das carteiras prediais, foi viabilizada também a construção civil através da redução de juros na aquisição de moradia principalmente por meio do aluguel, seja em conjuntos habitacionais ou outras casas populares, definido historicamente “o início, em larga escala, da produção de conjuntos habitacionais pelo Estado” (BONDUKI, 1994, p. 724).

Com a Lei do Inquilinato criada em 1942, o Estado regulamentou o congelamento dos valores dos aluguéis sob a justificativa dos trabalhadores não possuírem condições de pagar os altos valores dos aluguéis e da alimentação, apesar de que para o período a alimentação tornava-se mais onerosa para o trabalhador do que o próprio aluguel, nesse sentido, o Estado “buscava atribuir à habitação um peso muito maior do que ela realmente tinha no encarecimento geral do custo de vida” (BONDUKI, 1994, p. 720). A real intenção da iniciativa pública estava na venda das casas que serviam para aluguel por preços de mercado, o que fomentou a produção industrial e a venda de novas casas, justificando-se assim a redução dos salários dos trabalhadores que seriam incentivados a comprar e não alugar suas moradias.

Entende-se que apesar da iniciativa estatal referente à política habitacional, a produção de moradias ainda concentrava-se no setor privado, mas gradualmente a

responsabilidade da produção foi para o próprio trabalhador diante a necessidade de estabelecer o regime populista e promover a política de acumulação de capital “através da redução do custo de reprodução da força de trabalho” (BONDUKI, 1994, p. 717).

O Estado tentou organizar a política urbanística controlando a produção por meio da redução dos custos de produção das obras de moradias populares, mas foi uma política que custou caro para o trabalhador brasileiro que dependia do seu baixo salário para sobreviver. A lei do inquilinato gerou consequências alarmantes principalmente para a população que ainda alugaria sua moradia e sobrevivia com seus salários baixos, estando sujeita também a despejo devido a pouca oferta pela iniciativa privada desse tipo de moradia, reduzindo o acesso à habitação, desenvolvendo o que Bonduki (1994) chama de “[...] alternativas habitacionais[...]: a favela e a casa própria autoconstruída ou auto empreendida em loteamentos periféricos carentes de infra-estrutura urbana” (BONDUKI, 1994, p. 729).

Caracteriza-se assim no Brasil as primeiras relações entre o governo e as indústrias de construção civil, devido o incentivo estatal também à construção de conjuntos habitacionais, ou seja, o nível das influências do empresariado na condução da política de habitação social envolvendo a estrutura do Estado e influenciando as suas políticas voltadas para a sociedade:

[...] A progressiva redução dos investimentos privados na produção habitacional tomou a indústria de construção interessada em receber recursos públicos para manter sua atividade, situação que, aliás, se mantém até hoje. Neste sentido, pode-se inferir que o desenvolvimento da concepção de habitação social, definida como um setor de atividade econômica em que é indispensável a presença estatal, interessava à indústria da construção civil. (BONDUKI, 1994, p. 723-724).

A Fundação da Casa Popular (FCP), criada no Governo de Eurico Gaspar Dutra, foi a primeira Política Nacional de Habitação criada em 1946, e teve por objetivo prover moradias com recursos do sistema previdenciário brasileiro e organizar a triagem dos moradores dos primeiros conjuntos habitacionais, como afirma Reimann (2015, p. 19):

O programa contemplava a área rural e urbana, possibilitando a população de baixa renda adquirir a casa própria através do financiamento na construção ou a aquisição de residências populares, além disso, atuava como uma construtora, seu foco era amplo, pois, financiava desde saneamento básico, matérias de construção, auxiliava as prefeituras para

promover a habitação popular. O objetivo da fundação era minimizar os problemas habitacionais através da centralização e coordenação das atividades voltadas ao desenvolvimento habitacional no país, porém por ser amplo o programa não deu certo e foi extinto em 1964.

Nesse contexto, ter acesso a política habitacional no Brasil era privilégio de poucos ao conseguirem obter uma unidade habitacional ou um financiamento, através dos IAP's e FCP, entretanto a política da Fundação Casa Popular mostrou-se ineficaz no atendimento a suas demandas de construção de residências populares através dos investimentos de reservas dos IAP's, e voltou-se para financiar a produção habitacional de uma classe média que contribuía mais significativamente com IAP's, que reivindicava maiores investimentos em moradias e temia pelo esgotamento de recursos que estavam principalmente sendo destinados para construção de moradias populares.

Com os investimentos dos IAP's para as construções de habitações grande parte da população não teve acesso à moradia porque os financiamentos eram destinados somente para os associados, ou seja, trabalhadores formais, o que não era a realidade da maioria dos trabalhadores. Ainda assim, Segundo Bonduki (1994) só no período de 1946-1950 a FCP gerou um quantitativo parcial de construção de aproximadamente 140.000 unidades habitacionais, onde aproximadamente 1 milhão de pessoas tiveram o acesso a moradia.

Assim, devido pressões políticas seja pela insuficiência de recursos, incapacidade de gerenciar as contribuições dos IAP's, dificuldade para lidar com resquícios da crise de governabilidade do governo anterior a FCP terá seu término envolta de uma política habitacional entendida como questão política de interesse da população, do Estado e da igreja.

Com carências de recursos, originados pela falta de repasses regulares de dotações orçamentárias, tornou-se um balcão de clientelismo político-eleitoreiro. Nesse período, deve-se destacar que a política habitacional restringiu-se a atender as necessidades em habitação no meio urbano, não havendo uma preocupação em buscar equacionar as necessidades de habitação das famílias rurais mesmo considerando-se que a maioria da população brasileira ainda era rural. (OLIVEIRA; KARNOPP, 2015, p. 3).

A década de 1950 marca o agravamento da crise habitacional no país e aumento populacional das cidades em volta do modelo nacional de desenvolvimento. No Brasil, os anos 1960 marcam a nova ordem política do Regime Militar (1964-1985) onde o país passou por um processo de aceleração do

crescimento econômico mesmo em um contexto superinflacionário, portanto, para estabilizar a economia e obter outras formas de recursos cria-se uma série de medidas envolvendo investimentos como incentivo à produção de unidades habitacionais em larga escala.

Com a criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) através da lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, o Estado buscou captar recursos para a área habitacional, onde o Banco Nacional de Habitação (BNH) criado pela mesma lei foi o principal gestor operacional dos recursos. A política habitacional passou a ser financiada com recursos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), sendo extinto devido a crise no SFH. Também, foi por esta lei que a questão da moradia rural foi de fato especificada na legislação brasileira, em seu inciso IV. A continuidade da falta de alcance da população de baixa renda diante também de um processo de inflação na economia brasileira influenciada pela crise econômica internacional contribuiu para a extinção do BNH e enfraquecimento da política de habitação no país. Como afirma Maricato (1987, p. 29-30):

O sucesso do Sistema Financeiro da Habitação no Brasil desde a sua estruturação em bases mais exequíveis, em 1968, até 1980, quando entra em profunda crise em consonância com toda a economia do país, se deveu exatamente ao fato de ignorar os setores de menores rendimentos da população e tratar a habitação como uma mercadoria a ser produzida e comercializada em moldes estritamente capitalistas.

A década de 1980 no Brasil corresponderá a tomada de iniciativa dos governos municipais em relação a política de habitação, mesmo no período de escassez de recursos, mas como pontua-se na Política Nacional de Habitação (PNH) (BRASIL, 2004a), este foi o período onde os governos estaduais e municipais planejaram ações para promover a política habitacional no país, marcada por uma descentralização de ausências, sem a definição de incentivos e recursos significativos destinados aos programas habitacionais.

Há a extinção de muitas Companhias de Habitação (COHAB's) que foram criadas entre de 1964 e 1965 para executar políticas de redução do déficit habitacional através da captação de recursos do BNH, todavia como uma nova crise habitacional estabeleceu-se devido também a crise econômica o recém criado sistema financeiro beneficiou poucas parcelas da sociedade e nas últimas décadas

do século XX a gestão da política habitacional no Brasil passou por constantes transformações, transições.

A crise do Sistema Financeiro de Habitação e a extinção do BNH criaram um hiato em relação à política habitacional no País, com a desarticulação progressiva da instância federal, a fragmentação institucional, a perda de capacidade decisória e a redução significativa dos recursos disponibilizados para investimento na área. [...] Extinto em agosto de 1986, as atribuições do BNH foram transferidas para a Caixa Econômica Federal, permanecendo a área de habitação, no entanto, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), [...] em 1987, o MDU é transformado em Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (MHU), em 1988, ocorrem novas alterações: cria-se o Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social (MBES), em cuja pasta permanece a gestão da política habitacional. [...] Em março de 1989, é extinto o MBES e cria-se a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária (SEAC), sob competência do Ministério do Interior. As atividades financeiras do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e a Caixa Econômica Federal (CEF) passam a ser vinculadas ao Ministério da Fazenda. [...] Em 1994, o governo Federal colocou como prioridade a conclusão das obras iniciadas na gestão anterior e lança os programas Habitar Brasil e Morar Município [...] Em 1995 é realizada uma reforma no setor da política habitacional, com a extinção do Ministério do Bem Estar Social e a criação da Secretaria de Política Urbana (SEPURB) no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). (BRASIL, 2004a, p. 9).

Ainda no período de 1990-2003 foram criados os programas Pró-moradia e Habitar Brasil, mas não houve êxito devido o contexto neoliberal de reforma do Estado e redefinição dos seus aparelhos de controle e investimentos sociais. Como observou-se, a política de Habitação brasileira inicia suas formas significativas mas limitadas ainda na segunda metade do século XX, revelando o grande avanço em relação às primeiras medidas tomadas na transição do século XIX. Como nota-se até aqui, o Estado assume gradualmente uma atribuição estratégica no âmbito da garantia da moradia, controlando os mecanismos de produção para incentivo à economia e buscando concomitantemente ampliar e consolidar suas bases hegemônicas de poder.

Pode-se justificar que esse movimento para estruturar a política habitacional resumiu-se principalmente na consolidação do movimentos sociais pró moradia que estruturaram-se a partir das reivindicações do operariado ainda no estabelecimento da industrialização no país a partir de 1930, fortalecendo-se em um contexto de redemocratização após anos do Regime Militar, onde o estabelecimento de legislações sociais internacionais e nacionais estreitam a direção das intervenções habitacionais.

Há registros de algumas manifestações pontuais ocorridas nas décadas de 1940 e 1950, que questionavam a falta de moradia. No entanto, somente a partir da década de 1960, com o crescimento demográfico na área urbana superando o da área rural, foi quando se intensificaram as mobilizações que reivindicavam um conjunto de políticas governamentais relacionadas à Reforma Urbana. (SÁ, et al., 2014, p. 15).

O surgimento e a consolidação da moradia como direito social no Brasil e no mundo possui sua trajetória relacionada a própria consolidação dos direitos humanos, sendo marcada por grandes conquistas a partir da constituição de diversas convenções, declarações que asseguram e protegem direitos de cidadania. Portanto, esse grande reconhecimento é inerente a transformação das relações entre sociedade e o Estado, cabendo o estabelecimento de constituições democráticas que definem direitos sociais, econômicos, culturais.

Desta maneira, se reconhece que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, realizada em 1948 situa o direito à moradia enquanto direito humano, como define em seu Art. 25, inciso II: “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis [...]” (ONU, 1948, p. 13), assim como o Pacto Internacional sobre direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), ratificado no Brasil em 1992 através do decreto nº591, onde o artigo 11, inciso II aponta a moradia como direito fundamental, direcionando responsabilidade a cada país para promover sua política de habitação ao tratar que

Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequando para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida (BRASIL, 1992, p. 3).

Como preconiza a agenda Habitat II, realizada em Istambul em 1996 que teve por pauta a necessidade dos governos promoverem e assegurarem o direito à moradia através de planos de ação priorizando também a área rural:

Nós reafirmamos nosso compromisso com a total e progressiva realização do direito a moradias adequadas, conforme estabelecido em instrumentos internacionais. [...] Os desenvolvimentos rural e urbano são interdependentes. Além da melhoria do ambiente urbano, nós também devemos nos esforçar para estender a infra-estrutura adequada, serviços

públicos e oportunidades de emprego para as áreas rurais, de forma a realçar a sua atratividade, desenvolver uma rede integrada de assentamentos e diminuir a migração para áreas urbanas. Cidades médias e pequenas necessitam de atenção especial (ONU, 1996).

No Brasil, o direito social à moradia vem ser expresso na Constituição Federal de 1988, a partir da necessidade da abordagem de existência da Política Urbana (Lei Federal de Desenvolvimento Urbano), que estabeleceu para a União, Estados e Municípios competências de promoção e gestão da Política Habitacional. Esse direito social foi incluído no artigo 6º, por meio da Emenda à Constituição nº 26 de 14 de fevereiro de 2000: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2000, p. 1).

É neste contexto que define-se a necessidade da existência de políticas públicas que promovam o direito à cidade, sendo a moradia apenas um que é efetivado através a política habitacional em área urbana e rural, de recomendação que seja através de uma gestão democrática que priorize participação popular para o pleno exercício da cidadania.

Mesmo a Habitação estando presente na Constituição Federal Brasileira de 1988, somente com a aprovação do Estatuto das Cidades (Lei Federal de nº10.257 de 2001) que a mesma ganhou maior visibilidade no âmbito dos direitos sociais. A partir de então, algumas políticas habitacionais foram instauradas no Brasil na tentativa de viabilizar o acesso de parcelas da população à casa própria. No entanto, isto não tira da habitação o posto de um dos maiores problemas sociais urbanos da atualidade, que intensifica-se com o aumento crescente de moradias irregulares, inadequadas, que agudizam o fenômeno de aglomerados urbanos e índices de coabitação no país.

Historicamente a moradia é parte constituinte do homem enquanto ser social que possui necessidades e organiza-se em sociedade, ou seja, desde as formas mais primitivas o homem sempre necessitou de um espaço que desse condições de sobrevivência, crescimento, proteção. Portanto, o Estado após o seu estabelecimento deve não só conduzir a organização da sociedade, e também a partir de ações concretas garantir e efetivar direitos como o da moradia, por exemplo. Assim, compreende-se que

[...] os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra os velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas. (BOOBIO, 2004, p. 21 apud AZEVEDO, 2007, p. 6).

É inegável que apesar do reconhecimento internacional dos direitos sociais, muitas famílias ainda não possuem sua moradia, devido ao próprio contexto político, social e econômico do país.

Com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), foi criado em 2003 o Ministério das Cidades, passando a ser o órgão responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e, a partir dele, a criação do Conselho Nacional das Cidades em 2004 propôs a Política Nacional de Habitação (PNH), aprovada em novembro de 2004, que estabeleceu um novo modelo de organização institucional, baseado no Sistema Nacional de Habitação (SNH), pautada em uma compreensão ampliada de habitação partindo de um modelo que proporcione condições de habitabilidade da infraestrutura aos serviços e equipamentos sociais, portanto:

[...] Desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe a casa, incorpora o direito à infra-estrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir direito à cidade. (BRASIL, 2004a, p. 12).

Para compreender a política habitacional no Brasil é importante entender um contexto de conquistas sociais mais atuais, como a criação da Lei nº 11.124 de 16 de junho de 2005, que coloca entre os princípios da PNH, o SNH cujo objetivo foi atender às demandas de moradia de interesse social através dos programas e projetos com a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) que afirma a moradia digna como direito e vetor de inclusão social, pois representa “uma política de habitação voltada a assegurar, efetivamente, ações e programas que têm como público alvo as parcelas mais pauperizadas dos trabalhadores residentes nas cidades” (SÁ, et al., 2014, p. 15).

Segundo (SÁ, et al., 2014) o Sistema Nacional de Habitação (SNH) se estrutura: Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), financiado através do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) que obtém recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fundo de

Arrendamento Residencial (FAR) e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) com o objetivo prover moradia para demandas que historicamente não tiveram acesso à moradia, delimitando programas com faixa de renda até três salários mínimos. O outro componente do SNH é o Sistema Nacional de Mercado (SNM), voltado para concessão de linhas de crédito e financiamento para populações com alto significativo poder aquisitivo. Após ser apresentado, abaixo pode-se apreender a estrutura do Sistema Nacional de Habitação, conforme a PNH.

Organograma 1 – Sistema Nacional de Habitação



Fonte: ROSSATO (2015)

Em outros dispositivos legais têm-se a Lei nº 11.888/2008 que dispõe sobre assistência técnica às famílias com renda de até três salários mínimos, ou seja, assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção da habitação de interesse social; a Constituição Federal (1988), capítulo II: (Da Política Urbana), artigos 182 e 183; a Emenda nº26 do artigo 6º (direito social à moradia) de 14 de fevereiro de 2000 que define na Garantia de Direitos Fundamentais a moradia enquanto direito social e ainda na Constituição Federal, Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), Capítulo II (Dos Direitos), no seu artigo 7º, inciso IV prevê:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e

previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim. (BRASIL, 1988).

É a partir da Política Nacional de Habitação de Interesse Social (PNHIS) que as demandas populacionais de acesso à moradia própria terão maior visibilidade com a produção de unidades habitacionais através de programas, projetos e ações bem definidos em relação aos seus objetivos e público prioritário, o que exigirá da viabilização de gestões com capacidade de planejar e executar a Política de Habitação nas esferas municipal, estadual e federal. Para os municípios serão dadas condicionalidades: adesão aos SNHIS, criação dos Conselhos Municipais de Habitação (CMHIS), produção dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e criação dos Fundos Municipais de Habitação (FMHIS) (SÁ, et al., 2014).

Diante o exposto, com o objetivo de estimular o crescimento econômico do país, diminuir a desigualdade social e melhorar a distribuição de renda, houve a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007. Em 2009, o Governo Federal criou o Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida (PMCMV) - Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 - como um dos eixos do PAC, com o objetivo principal de diminuir o déficit habitacional a partir dos subprogramas: Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Portanto, após o contexto de criação desses programas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), no Brasil há um déficit de aproximadamente 6,5 milhões de moradias, o que corresponde a 12,1% dos domicílios de todo o país. De acordo com a Fundação João Pinheiro (FJP), entidade que produz estudos sobre o déficit habitacional no país e que é adotado como oficial pelo Ministério das Cidades, em 2014 a Região Norte apresentou um déficit habitacional de 632.067 mil moradias e o Estado do Pará 286.766 mil moradias, registrando o estado com maior déficit da Região.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas (2014) estudos realizados apontaram que o déficit habitacional brasileiro era de aproximadamente 5 milhões de moradias o que demandaria a produção de 20 milhões de unidades habitacionais adequadas para famílias de baixa renda até 2024, apontando a necessidade habitacional do PMCMV alcançar a meta de produção de 11, 2 milhões de habitações sociais (1,1 milhões por ano) para atender 51% das famílias brasileiras.

2.2 A trajetória da atuação do Assistente Social na defesa do direito à moradia

As primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, que datam de 1936 a 1937, estavam sobre os poderes da ideologia católica. Neste momento, a formação e o exercício profissional sofriam fortes influências do tomismo e do Serviço Social europeu. Nesta primeira fase do Serviço Social Brasileiro, a formação dos assistentes sociais terá como foco a reconstrução da sociedade, baseada nos aspectos morais e cristãos e a profissão por sua vez assumida como algo vocacional, deveria ser exercida por pessoas boas, caridosas e que tivessem o dom de ajudar ao próximo. O Serviço Social posteriormente ao absorver as características do Serviço Social norte-americano, passa a ser composto por: Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade.

Estudiosos como AGACHE (1930), BRETAS (1997), CHALHOUB (1996) empenharam-se em pesquisar como vivia a população pobre e proletária do país em meados dos anos de 1920 a 1930 e apontam que grande parte desta população vivia em péssimas condições de habitabilidade, em bairros com um excessivo contingente de unidades habitacionais construídas umas próximas as outras e perto dos centros industriais, com pouco e/ou nenhum acesso a água potável, energia elétrica, saneamento básico, segurança, entre outros.

Como o salário que um proletário naquela época recebia era insuficiente para o sustento da família, outros membros eram obrigados a adentrar no mercado de trabalho, por isso mulheres, crianças, adolescentes também se juntavam aos demais componentes para tentar aumentar a renda mensal familiar e mesmo com o ingresso de todos os componentes, não havia uma melhora significativa nas condições de moradia.

Com isso, movimentos reivindicatórios eclodem no país provenientes da revolta da classe operária, que se vê obrigada a trabalhar em péssimas condições de trabalho e a viver em desumanas condições de moradia. Esta organização da classe operária para incitar a luta por direitos começa a preocupar a classe burguesa, que vê o movimento como uma ameaça ao Capital, por isso tentará a todo custo conter este movimento através de medidas de repressão policial e de práticas caridosas, solidárias de cunho assistencialista.

É neste cenário que o Serviço Social emerge como forma de apaziguar as tensões entre as classes tornando-se num primeiro momento importante instrumento

da burguesia (MARTINELLI, 1991). É neste contexto inicial que a profissão de Serviço Social firma-se no país, com o apoio e empenho da Igreja Católica, favorecendo inicialmente a classe burguesa e criando na classe trabalhadora a falsa sensação de sentir-se amparada.

Ao analisar o contexto histórico do Serviço Social no Brasil desde sua gênese até o movimento de Reconceituação¹ verifica-se que as primeiras experiências dos assistentes sociais com a política habitacional está relacionada aos trabalhos comunitários que almejavam reestruturar as comunidades urbanas que sofriam diretamente com os impactos causados pelo processo de industrialização ao qual o país se encontrava, no que tange as péssimas condições de vida em que era submetida a classe trabalhadora.

O Serviço Social esteve presente desde 1940 em programas habitacionais e demais programas voltados para a população que residia nas favelas, que cada vez mais cresciam e espalhavam-se em torno dos grandes centros das cidades por se tornarem naquele momento a única alternativa para os sujeitos que não tinham condições financeiras de morar nos centros urbanos. O trabalho realizado com estes moradores das favelas partia do pressuposto de que essa população era incapaz de cuidar de sua casa e de priorizar aspectos de higiene, limpeza, bons hábitos e por isso deveria ser educada pelos profissionais para se ajustar à comunidade e aos padrões morais e de higiene da sociedade (PAZ; TABOADA, 2010).

Na busca de resgatar e/ou fortalecer os vínculos comunitários, os assistentes sociais utilizavam-se da abordagem de Caso, Grupo e Comunidade para trabalhar com as comunidades mais pobres através de abordagens e levantamentos realizados nos bairros, principalmente nos periféricos, locais onde a população vivia em condições paupérrimas. Os profissionais realizavam pesquisas sobre as condições de vida da classe operária em geral: condições sanitárias, de moradia e inclusive morais.

¹O Movimento de Reconceituação foi uma tentativa de ruptura com o Conservadorismo para um método crítico e investigativo, uma renovação que busca reestruturar desde a teoria até a prática profissional e social, visando a criação de mecanismos de intervenção na realidade social, através da compreensão da mesma. A crítica também a ordem dominante deve-se a aproximação da categoria com o Marxismo. O movimento enfrentou um momento de tensão e censura, devido a Ditadura Militar que se instaurava no país.

No período de Pós II Guerra Mundial os governos de diversos países aderiram ao modelo de trabalho lançado pela Organização das Nações Unidas (ONU) denominado de Desenvolvimento de Comunidade (DC) que visava integrar a população aos ideais de desenvolvimentos econômicos e sociais de seu país, estado, cidade. De acordo com a ONU para que o Desenvolvimento de Comunidade obtivesse êxito em determinado país ou localidade, se fazia necessário o esforço do povo em melhorar suas condições de vida e o apoio técnico governamental, que contava com os profissionais de Serviço Social.

A utilização do Desenvolvimento de Comunidade é recomendada, principalmente em áreas rurais, durante a Assembleia da Comissão Social do Conselho Econômico e Social em 1957. Ainda na década de 1950, o Serviço Social prioriza um trabalho mais direto com as populações, migrando da cidade para o campo com objetivo de melhorar a qualidade de vida desta população rural, pois acreditava-se que deveria mudar a mentalidade da população rural, sanar o grande índice de analfabetismo e de doenças, e cuidar do “atraso” tecnológico e cultural (AMMANN, 2009).

Com o processo de industrialização tardio iniciado no país, e a migração do campo para cidade que intensificou-se nos anos de 1950, o que ocasionou um inchaço nas cidades e nos centros periféricos urbanos, ocorre um acirramento das expressões da questão social que passam a manifestar-se de novas formas, dentre elas o aumento do déficit habitacional e as péssimas condições de moradia em que vivia a população proletária.

No começo da década de 1960 o país passa por um processo de conscientização que resulta em um maior envolvimento das diversas camadas populares na luta pela ocupação de espaços decisórios e na reivindicação de direitos por uma melhor qualidade de vida, no entanto com o golpe militar de 1964, período de muita tensão política vivenciado no país, e com a instauração do Ato Institucional nº5 (AI-5) em 1968 que repreendia qualquer forma de manifestação coletiva, os movimentos sindicais e de demais camadas sociais são oprimidos violentamente.

Nesse mesmo momento a população da favela sofreu um processo de expulsão compulsória, encabeçado pelo governo, com o discurso de remover as unidades habitacionais irregulares para diminuir os problemas que assolavam as cidades. Este processo de expulsão desta população contou com a participação de

muitos assistentes sociais que não criticavam estas ações de repressão e violência (NALIN, 2013).

Com o surgimento do Movimento de Reconceituação a partir dos anos de 1960, a categoria profissional organiza formas de resistência às práticas conservadoras e as atitudes discriminatórias e excludentes do Estado contra a classe pobre e proletária do país. Este processo de crítica e recusa ao conservadorismo constitui-se uma marco na profissão conforme salienta Iamamoto (2000).

O Serviço Social latino-americano é sensibilizado pelos desafios da prática social. Sua resposta mais significativa se consubstancia na mais ampla revisão já ocorrida na trajetória dessa profissão, que tem aproximadamente seis décadas de existência. Essa resposta é o movimento de reconceituação. Esse perfilou-se, como um movimento de denúncia - de autocrítica e de questionamentos societários - que tinha como contraface um processo seletivo de busca da construção de um Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos". (IAMAMOTO, 2000, p. 207).

É assim que o Serviço Social reflete e critica as retiradas forçadas das populações das favelas e tomam uma postura contrária a esta e demais ações do Estado que prejudicam a classe proletária e entende que esta possui grande desvantagem na luta contra o capital. O movimento de Reconceituação influenciou diretamente o trabalho comunitário realizado pelos assistentes sociais que conheciam veementemente as condições de moradia que viviam as populações que habitavam nas favelas e demais subúrbios das cidades.

Com o processo de Reconceituação do Serviço Social, instaura-se o processo de construção do projeto ético-político da profissão, que só foi possível devido a recusa e crítica ao conservadorismo existente, criando forças na luta pela democracia e contra a ditadura militar. A partir de 1993 constrói-se na profissão um novo projeto ético-político profissional, que se expressa no novo Código de Ética Profissional (1993) e nas Diretrizes Curriculares, consolida-se assim um posicionamento a favor da equidade e da justiça social na defesa dos direitos da classe trabalhadora. De acordo com Netto (1999, p. 16):

[...]este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do

arbitrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional.

O projeto ético-político da profissão posiciona-se em defesa da classe trabalhadora e contrário ao projeto burguês, que visa alcançar somente objetivos burgueses. Esse momento de crítica ao conservadorismo da profissão e a ação do governo na retirada das populações das favelas proporcionou que o Serviço Social participasse ativamente do contexto da política habitacional articulada através do tripé composto pelo: Sistema Financeiro de Habitação, Banco Nacional de Habitação e Companhias de Habitação Popular (SFH/BNH/COHABs) nas décadas de 1970 e 1980, que tinham foco voltado para a população de baixa renda. Segundo Nalin (2013, p. 141):

A atuação dos assistentes sociais se focava no acompanhamento aos trabalhadores, desde a constituição das cooperativas habitacionais, execução das obras, até a mudança para os novos conjuntos habitacionais, porém os profissionais da área social (sociólogos e assistentes sociais) eram considerados pela Instituição, enquanto grau de importância, abaixo dos engenheiros, arquitetos e advogados.

Em 1972, ocorreu o Primeiro Encontro Nacional dos profissionais da COHAB e, “a partir daí estruturam-se equipes, definiram-se diretrizes e o arcabouço metodológico do trabalho social em habitação” (PAZ; TABOADA, 2010, p. 46). O BNH passou a autorizar as COHABs a incluírem nas prestações dos mutuários taxas para cobertura dos gastos relativos à manutenção dos conjuntos habitacionais e seus equipamentos comunitários ou para o pagamento de assistentes sociais que atuassem nesse espaço constituído, executando um plano de Serviço Social. O trabalho social da época:

[...] Tinha um caráter mais administrativo, pois se preocupava com a seleção da demanda, o acompanhamento da adimplência dos mutuários e a organização comunitária especialmente com a constituição de associação de moradores nos conjuntos habitacionais, para que essas pudessem administrar os espaços comunitários construídos nos conjuntos habitacionais (centros comunitários, por meio de comodatos). (PAZ; TABOADA, 2010, p. 46).

O trabalho social desenvolvido visava o acompanhamento aos trabalhadores, desde a constituição da Cooperativa Habitacional, a contratação e execução das obras dos conjuntos habitacionais até a mudança para a nova unidade habitacional.

A partir de 1975, o trabalho social passou a ser uma exigência nos Programas Habitacionais das Companhias de Habitação e nos Programas de Cooperativas Habitacionais à populações de classe baixa como o Programa de Erradicação da Sub-Habitação (PROMORAR), o João de Barro, o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB) e demais programas. O trabalho social neste momento já apresenta um caráter menos administrativo e já passa a trabalhar a questão de direitos e deveres do cidadão. Vale lembrar que o assistente social na maioria das vezes ocupava a coordenação destes programas (PAZ; TABOADA, 2010).

Na década de 1980, no início das lutas por redemocratização do país, os assistentes sociais participaram de forma ativa no Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) e no Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNRU), o que exigiu uma luta constante no decorrer de aproximadamente 13 anos até a sanção, em 2001, da Lei Federal nº 10.257 - O Estatuto da Cidade, que implicou em mudanças importantes sobre a função social da cidade e no enfrentamento do quadro de exclusão, desigualdade e segregação, com ênfase na gestão democrática das cidades, se aliando a outras categorias profissionais e movimentos sociais que tinham como luta a defesa dos direitos sociais, inclusive direito à moradia digna.

Esta luta também influenciou na posição contrária dos assistentes sociais a forma de desocupação das áreas consideradas inabitáveis adotada pelo governo, principalmente porque estas famílias eram instaladas em locais distantes e na maioria das vezes perdiam seus vínculos de vizinhança e até mesmo familiares, como Paz e Taboada (2010, p. 48) analisam:

Os profissionais na década de 1980 passam a se opor ao modelo de remoção [...]. Os técnicos da área social que trabalhavam nas prefeituras das capitais e metrópoles, com destaque para os assistentes sociais, tiveram um importante papel na organização dos movimentos de favelas, estimulando, subsidiando e capacitando para as ações reivindicatórias. [...] A atuação das equipes técnicas envolvidas nos projetos habitacionais passa a ter como eixo central o apoio às reivindicações e à organização popular. A tônica da ação dos profissionais, que atuavam em programas habitacionais, era o incentivo à organização de comissões de moradores, de grupos de mulheres que reivindicavam creches e equipamentos públicos, de movimentos de resistência e ocupação de áreas públicas e privadas. Os movimentos de moradia passam a identificar os técnicos como aliados de suas lutas, num contexto mais amplo de lutas pela redemocratização do País.

A Caixa Econômica Federal (CEF), sucessora do BNH, entre os anos de 1987 até 1998, não criou nenhum programa ou diretriz para o trabalho social em nível federal. A experiência de execução de projetos integrados (intervenções físicas e sociais concomitantes), adquirida com a contratação e desenvolvimento do Programa Habitar Brasil BID, a partir de 1999 reforçou a necessidade do desenvolvimento desse trabalho e demonstrou a eficácia de projetos integrados em comparação ao modelo de trabalho anterior, onde essa integração não era exigida, e levou o Ministério das Cidades a incluir o trabalho social na Política Nacional de Habitação a partir da criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007 (PAZ; TABOADA, 2010).

A partir de 2003, a exigência do trabalho social estende-se a todos os programas gerenciados pelo Ministério das Cidades que, criado em janeiro deste mesmo ano, em decorrência da militância dos movimentos sociais envolvidos pela questão da Reforma Urbana e que contou com a presença de grande parte dos assistentes sociais, é o órgão responsável pela política de desenvolvimento urbano e dentro dela, pela Política Setorial de Habitação, que busca respeitar as especificidades e incentivar a participação dos sujeitos envolvidos no processo.

Na atualidade, ainda há esta forte exigência quanto à presença de profissionais da área social, principalmente de Serviço Social no âmbito de certas políticas públicas habitacionais em face do requisito de apresentação junto às agências financiadoras (como a Caixa Econômica Federal, por exemplo) do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) e suas ações de mobilização social, geração de renda e demais eixos de trabalho:

As normativas do Ministério das Cidades especificam que a equipe técnica deve ser coordenada por um Responsável Técnico (RT) com formação em Serviço Social e/ou Ciências Sociais/Sociologia e sua assinatura e registro profissional deverão constar no projeto e nos relatórios de acompanhamento. O RT é responsável pelo ateste da execução das atividades programadas, da aplicação dos recursos, bem como pela procedência das despesas e validade dos documentos comprobatórios. (COTS, 2013, p. 6)

O Trabalho Técnico Social é desenvolvido com o objetivo de envolver a comunidade no processo, estimulando a participação dos sujeitos envolvidos. E neste processo de construção de cidadania o Assistente Social ao lado do Sociólogo

desempenham um importante trabalho de intervenção na realidade das famílias que são beneficiadas diretamente por programas habitacionais.

Deste modo, após este breve levantamento sobre a trajetória do Serviço Social na defesa do direito à moradia, percebe-se que os primeiros assistentes sociais já possuíam contato com a questão trazida pela habitação e atuavam dentro de suas possibilidades e de seus conhecimentos. Os mesmos posteriormente, se fizeram presentes nas etapas da consolidação da mesma como um direito social.

A categoria tem como um de seus princípios estabelecidos no Código De Ética (1993) a defesa intransigente dos direitos humanos, dentre eles o direito à moradia, que enunciado em 1948, foi reforçado mais tarde por uma série de tratados internacionais, que apresentavam a moradia como direito humano, afirmando que todo ser humano tem direito a viver em plenas condições de habitabilidade, ou seja, a moradia deve ser habitável, tendo condições de saúde, física e de salubridade adequadas.

É neste sentido que na contemporaneidade o exercício profissional dos/as assistentes sociais deve relacionar a questão urbana na perspectiva do direito à cidade, ou seja, direito à educação, ao lazer, à saúde, à habitação, considerando também enquanto um lugar de diferentes formas de desigualdade social, econômica e política, em um contexto de financeirização e mundialização do capital. “Assim, diante de uma sociedade capitalista cada vez mais destituída de direitos, a implementação da política urbana coloca-se como possibilidade de distribuição da riqueza socialmente produzida” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2016, p. 17).

O assistente social ao desenvolver seu trabalho social na política urbana deve apreender as diferentes determinações da realidade social, em um processo de transformação das coisas e de ideias a partir da ação de sujeitos históricos, que articulem a luta por cidades justas e reconheçam a moradia enquanto direito social ao “assumir o trabalho social como exercício de criação coletiva, alimentando as demandas populares por autonomia e controle social, na apropriação do espaço urbano” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2016, p. 56).

A partir do exposto, inserir a discussão aqui apresentada é imperativo na formulação de novas mediações do assistente social na política de habitação como diz Iamamoto (2000) ao caracterizar o fazer profissional:

um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. [...] Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional. (IAMAMOTO, 2000, p. 20-21)

Vale ressaltar que a articulação da categoria com outras categorias profissionais e movimentos sociais que também compartilhem dos mesmos ideais de luta da profissão neste caso, a luta pelo direito à moradia digna também se constitui como um dos compromissos profissionais. É notório que os usuários atendidos pelo Serviço Social na área habitacional geralmente moram em condições precárias, sem o mínimo de habitabilidade, em situação de coabitação, ocupação irregular, aluguel, entre outros.

É por isso que este profissional através das dimensões ética-política, teórico-metodológica e técnico-operativa do fazer profissional possui o intenso desafio de contribuir com a emancipação e a materialização dos direitos dos cidadãos, participando ativamente da luta por direitos à moradia, à cidade e a melhoria de áreas abandonadas pelo poder público, seja no campo ou na cidade. A luta por estes direitos, que foram conquistados através de pressões populares e de movimentos sociais que atravessaram anos, mas que até os dias de hoje não foram materializados em sua plenitude, também se constitui como um dos compromissos do Serviço Social.

3 CONTEXTUALIZANDO A GÊNESE DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL (PNHR) NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA

Como observou-se na seção anterior, a Política de Habitação brasileira possui uma trajetória marcada por tentativas de sua efetivação que por vezes foram deslocadas da realidade social da maioria das famílias do país. Com a criação de leis internacionais que culminaram no estabelecimento de legislações específicas como a Constituição de 1988, com a necessidade de organização administrativa, estruturação da política habitacional e o surgimento de inúmeras mobilizações de movimentos sociais na luta pelo direito à moradia própria e o reconhecimento do

Assistente Social como um dos sujeitos presente na história da constituição do direito à moradia, na atualidade há a realização de Programas Habitacionais onde através do planejamento, execução e avaliação efetivam a Política de Habitação.

Deste modo, esta seção identifica o Município onde foi concretizada a presente pesquisa de análise da atuação do Assistente Social no âmbito de realização do PNHR, caracteriza o Setor Habitacional e por fim, apresenta como foi criado o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

3.1 O Município de Abaetetuba/PA

Abaetetuba é um Município que localiza-se no Estado do Pará, na Mesorregião do Nordeste Paraense e Microrregião de Cametá². É um Município que pertence também à Região do Baixo-Tocantins³, localizando-se à margem do rio Maratauíra, um afluente do rio Tocantins sendo constituído por dois distritos: Abaetetuba (sede) e Vila de Beja. É composto também por estradas/ramais e ilhas com uma área de 1.610,606 Km², com densidade demográfica de 87,61 habitantes/km².

Segundo o IBGE, no censo demográfico do ano de 2010 o município possuía uma população de aproximadamente 141.100 habitantes, distribuídos na zona urbana 58.102 (41,18%) e na zona rural 82.998 (58,83 %). Para o ano de 2014 a estimativa foi de 148.873 habitantes e em 2017 está para 153.380 habitantes, sendo a sexta mais populosa do Estado do Pará, possuindo um índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,628, abaixo da média nacional de 0,73 (IBGE, 2010).

²A Microrregião de Cametá é composta pelos municípios de Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará (FERRANTI, 2013).

³O território do Baixo Tocantins é um espaço de múltiplos fenômenos físicos, sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais, integrante de um sistema complexo, composto por áreas de várzea (ilhas) e terras firmes, caracterizadas por uma extensa relação da população com o meio natural (REIS, 2015).

Mapa 1 – Município de Abaetetuba/Pará



Fonte: IBGE (2017)

A fundação do Município de Abaetetuba/PA ocorreu em meio ao processo de intensa colonização da região amazônica por vários países europeus.

De acordo com Ferranti (2013) o modelo de administração da coroa portuguesa estabeleceu a partilha do território em capitânicas hereditárias e após em sesmarias para dar continuidade ao processo de dominação das colônias através da ocupação e exploração do território por parte de ricos senhores portugueses.

Um desses senhores chamado Francisco Azevedo Monteiro dono de uma sesmaria localizada no rio Jarumã (Abaetetuba) em viagem com sua família com destino a sua terra enfrentou uma forte tempestade que os desviou da rota original. No dia 8 de dezembro de 1724, a família aportou às margens do rio Meruú (Maratauíra), onde em gratidão pelo livramento diante a tempestade, construiu uma capela dedicada a padroeira daquele dia – Nossa Senhora da Conceição.

Após se estabelecer no território, Francisco Monteiro comunicou ao governador da província do Maranhão e Grão Pará o fato ocorrido, e onde se iniciava o povoado a partir da vinda da família Monteiro denominado de Nossa Senhora da Conceição de Abaeté. De origem na língua tupi, o termo Abaeté é também um dos rios do então território, que significa “homem forte, valente e prudente. Homem ilustre”. Assim, o grande objetivo de Francisco de Azevedo era

encontrar e explorar as “drogas do sertão” (cravo, canela, castanha do pará, pimenta, cacau, urucum etc), todavia, não encontrou tudo o que lhe interessava, abandonando com sua família as terras.

O povoado de Nossa Senhora Conceição de Abaeté foi administrado anos depois pela família de Manoel da Silva Raposo, acompanhada pelo padre jesuíta Aluizio C. Pifeil, onde organizaram o vilarejo, construíram o cemitério municipal, iniciaram a construção ordenada de casas, “o que atraiu a vinda de outras famílias, alavancando o desenvolvimento local, sobretudo por meio da agricultura e do extrativismo” (FERRANTI, 2013, p. 29).

Em 1880, Abaeté ganhou o título de Vila de Abaeté, assumindo um importante papel no desenvolvimento da região e em 6 de julho de 1895, por meio da Lei Nº 324, Vila de Abaeté foi elevada à categoria de cidade. Todavia, diante o decreto Nº 4.505 de 30 de dezembro de 1943 do Governo Federal, estava impedida a existência de municípios como o mesmo nome, e já existia o Município de Abaeté em Minas Gerais, assim, Abaeté passou-se a ser Abaetetuba, onde “tuba” na língua tupi significa “lugar de Abundância” (FERRANTI, 2013).

Quanto à hidrografia possui como principais rios: Maratauíra, Capim, Maracapucu, tendo limite ao norte com rio Pará (Barcarena), ao sul com Igarapé – Miri, ao leste com Moju e oeste Baía do Marapatá (Limoeiro do Ajurú).

Com a política de integração nacional da Região Amazônica na década de 1970, sob o discurso de “Integrar para não entregar”, o governo militar (1964-1985), passou a compartilhar da ideologia de desenvolvimento nacional e da região aliada ao capital internacional iniciando um processo de privatização do espaço amazônico para a instalação de grandes empresas e construção de grandes Projetos de Integração Nacional.

A partir dos anos 1980 com a implantação do Projeto ALBRÁS/ALUNORTE em Barcarena/PA, município limite com Abaetetuba/PA, a cidade passou por um crescimento populacional a devido busca por trabalho nas empreiteiras e subempreiteiras por pessoas que vinham de diversos municípios, resultando no surgimento de inúmeros bairros na cidade, composto por famílias que diante das necessidades básicas de moradia se viram obrigadas a construir suas casas a sua maneira, de acordo com suas condições financeiras, em áreas afastadas do centro urbano e sem o mínimo de infraestrutura urbana, com ausência de equipamentos públicos e sociais, tornando-se também a cidade apontada como uma das principais

rotas do narcotráfico no Estado do Pará, devido a facilidade de localização geográfica e precarização de fiscalização para combater o tráfico, realidade que está gradualmente sendo modificada. Portanto, as consequências desse processo de urbanização da cidade e aumento da área periférica foram visíveis em diversos aspectos estruturais do município. Como afirma Ferranti (2013, p. 30-31-38):

Abaetetuba sofreu grande influência no seu desenvolvimento demográfico, econômico e social, principalmente com a implantação de grandes projetos no município vizinho, Barcarena, a partir da década de 80, quando começou a ser montada a indústria de alumínio *ALBRÁS-ALUNORTE*. [...] Essa corrida desenfreada a Abaetetuba provocou inúmeros problemas, como a improvisação habitacional desordenada, a falta de infraestrutura urbana, a falta de qualificação profissional, a prostituição, promiscuidade, o crescimento da violência, a delinquência infanto-juvenil, o avanço do tráfico de drogas e do contrabando, este proveniente do exterior e de Estados vizinhos, passando pelos inúmeros rios espalhados pela malha aquática da região (grifos do autor).

Ainda assim, Abaetetuba é hoje considerada um dos principais municípios da região do Baixo Tocantins, “a pérola do Tocantins”, devido ser um município com grande diversidade cultural, com referenciais turísticos, localização estratégica para diversos municípios e outros países, colabora também para a movimentação da economia regional, apresenta um histórico de lutas sociais em favor das políticas públicas de saúde, educação, assistência social etc, sendo relevante sinalizar que apesar das muitas conquistas de direitos sociais da população abaetetubense, o município possui em sua construção sóciodemográfica uma forte influência do processo de desenvolvimento regional proposto e executado desde a década de 1970 justificando alguns dos retrocessos presentes relacionados a investimentos na infraestrutura urbana, investimento na política de Habitação, segurança pública, emprego, entre outros, com reflexos nas relações políticas entre sociedade e poder público, como contextualiza Sousa (2009, p. 128):

Em Abaetetuba, como na maioria dos municípios paraenses, o processo de superexploração e submissão a que foi submetida a sua população ao longo de sua história, produto, em grande parte, das políticas governamentais traçadas para a Amazônia, não permitiu as mínimas condições para se pensar na construção do Poder Local. Desde o primórdio do domínio português, passando pela elite predatória dos coronéis de engenho, pelos marítimos dos regatões, pelos pequenos e rudimentares microempresários do setor oleiro-cerâmico, até a implantação do grande Projeto *ALBRÁS-ALUNORTE*, houve poucos benefícios, em termos sociais e políticos, para a população que continua acossada pela pobreza.

Atualmente no que se refere à economia, o município possui como principais setores aqueles ligados ao setor terciário, comércio, serviços, agricultura, extrativismo e pesca, com ênfase nas atividades realizadas por trabalhadores autônomos e empresas de pequeno e médio porte na área urbana, que segundo algumas movimentações do poder público receberá nos próximos anos um complexo industrial que no discurso oficial promete desenvolver economicamente e socialmente o município.

Na área rural predominam atividades relacionadas a agricultura familiar, atividade pesqueira, pesca artesanal, lavouras intermitentes de coleta do palmito, açaí, bacuri, cupuaçu, bacaba e miriti, possuindo “[...] no entanto limitações em virtude das dificuldades de escoamento, assistência técnica e poucos benefícios sociais para os trabalhadores (SOUSA, 2009, p. 24).

Como observou-se brevemente Abaetetuba/PA é composta por uma rica formação sócio-histórica e econômica que está relacionada diretamente a organização da região, influenciando administrativamente os serviços e políticas direcionadas para a população. Assim, como muitos municípios no país, a cidade possui suas lacunas quanto a garantia de serviços básicos para a população, todavia como é um município de médio porte que está em crescimento demonstrando capacidade para se tornar um modelo de gestão pública de referência para outros municípios do estado.

3.2 Caracterização do Setor Habitacional

A política de habitação no Município de Abaetetuba é desenvolvida e está sendo institucionalizada através da Casa do Cidadão de Abaetetuba, criada em outubro de 2001, funcionando como um espaço onde o cidadão pode ter acesso a serviços e informações. É uma instituição que a população usuária em sua maioria é composta por jovens, adultos e idosos, da zona urbana e da zona rural. As principais demandas estão relacionadas à procura de serviços de Emissão de Carteira de Trabalho, sendo o de maior demanda da instituição; serviço de Emissão de CPF; atendimento do Procon Municipal que atende sujeitos que buscam orientações de direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor Lei Nº 8.078/90.

Dentro deste espaço, funciona o Setor Habitacional onde a Política de Habitação é implementada através dos Programas Habitacionais do Minha Casa

Minha Vida Urbano e Rural, Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social e Cheque Moradia e o atendimento acontece em uma única sala que é dividida entre: 03 assistentes sociais, 01 socióloga e 07 estagiárias de Serviço Social.

As demandas chegam espontaneamente através dos usuários que estão em busca de informações sobre os programas habitacionais ou através de referenciamentos da rede socioassistencial, sendo que a população usuária possui perfil de famílias com baixa renda e extrema situação de vulnerabilidade social: famílias em situação de coabitação familiar, aluguel com ônus excessivo, aluguel social, famílias em situação de ocupação irregular, além de grupos de prioridade: mulheres provedoras do lar, pessoa com deficiência, idosos. Dentre essa demanda apresenta-se principalmente através da implementação do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) uma também expressiva demanda rural representada por Entidades Organizadoras (associações, sindicatos, cooperativas) que tentam fazer adesão ao programa junto ao Ministério das Cidades, pleiteando projetos habitacionais e apresentando proponentes que são agricultores e trabalhadores rurais.

No Município de Abaetetuba/PA, a política de habitação é trabalhada no setor habitacional cujas atribuições no âmbito de execução do PNHR são de analisar as documentações das Entidades Organizadoras, realizar visitas domiciliares a demanda indicada; realizar reuniões para apresentar as condicionalidades do programa; realizar encaminhamentos para algum serviço, se necessário; verificar a situação das famílias no Cadastro único e Emitir a carta de recomendação, declaração de Ente público e lista definitiva com os proponentes aptos ao benefício.

3.3 O Programa Nacional de Habitação Rural

O setor habitacional no Brasil sofre com a ausência de moradias dignas tanto no âmbito urbano como no rural. Mesmo o direito à moradia se constituir como um dos direitos básicos sociais, dada a sua importância essencial para o alcance da dignidade humana, o país ainda encontra sérias dificuldades em reduzir o *déficit* habitacional.

No que diz respeito à habitação rural, pouco houve investimentos por parte do governo para sanar as fragilidades e as péssimas condições vividas pela população rural. De acordo com Bolter (2013, p. 96):

[...] O desinteresse e o descaso do Estado ampliava o problema habitacional rural do país. As ações, políticas e programas públicos de habitação até então existentes não conseguiam ser acessados pelos pequenos e médios agricultores, vistos que os mesmos não dispunham das condições exigidas pelos programas habitacionais urbanos. Sendo a habitação um fator central no processo de desenvolvimento e inclusão social das famílias, necessitava-se encontrar alternativas viáveis para problemas.

Esta situação vivenciada pela população rural, motivou organizações sociais rurais a reivindicar uma melhor qualidade de vida e a ocupar espaços de discussão sobre o tema, fazendo com que o poder público e demais movimentos sociais conhecessem a realidade habitacional vivenciada por essa população. Começou-se assim a exigir ações concretas do governo voltadas para a melhoria das condições de vida na zona rural, visando incentivar a permanência das famílias no campo, ainda assim somente no final dos anos de 1990 foram desenvolvidas políticas voltadas para o meio rural.

É importante ressaltar que em 1999, foi criado no estado do Rio Grande do Sul um grupo que reunia-se para discutir políticas públicas e programas sociais que melhorassem a qualidade de vida no campo e promovessem a inclusão social desta população, visando principalmente a permanência das famílias rurais e o retorno daquelas que haviam mudado para a cidade. Neste momento houve a criação do Programa Estadual de Habitação Rural (PHRSS), operacionalizado no estado até 2002 (BOLTER, 2013).

Em 2003 inspirado nessa experiência do Rio Grande do Sul foi criado o Programa de Habitação Rural (PHR) que consistia numa linha de crédito específica para a habitação rural e possuía vínculo com o PNH. Até a criação deste programa, médios e pequenos e agricultores não tinham nenhum acesso a programas habitacionais, isto porque, suas particularidades eram pouco visibilizadas.

Mesmo com estes investimentos do Estado, o *déficit* habitacional no Brasil continuava a existir de forma a preocupar o governo e os movimentos sociais. De acordo com a Fundação João Pinheiro em 2007 o déficit habitacional girava em torno de 6.272.645 unidades habitacionais, sendo que dessas 1.092.882 estavam na zona rural, o que demonstrava o quanto era preciso continuar investindo em políticas voltadas para o campo e para esta população. E as reivindicações e pressão exercidas pelos movimentos de agricultores e demais organizações rurais

culminaram na criação do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) (ROVER; MUNARINI, 2010).

Tabela 1- Déficit Habitacional Rural no Brasil

Região	Déficit Habitacional Rural
Norte	138.708
Nordeste	645.177
Sudeste	79.230
Sul	63.480
Centro-Oeste	30.737
Brasil	957.332

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2008.

Essas construções históricas refletem nos índices considerados atuais em relação ao acesso à moradia no país. Em 2010, o déficit habitacional brasileiro de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e estudo realizado pela Fundação João Pinheiro (2013), era de 6.940.691 moradias. Desse total, 5.885.528 (85%) localizam-se no meio urbano e 1.055.163 (15%) no meio rural. Já em 2014 de acordo com a Fundação, o Brasil possuía um déficit habitacional de 6.068.061 moradias localizadas no meio urbano 5.315.521 (87%) e rural 752.810 (13%), onde verifica-se a princípio uma redução desse índice. A Região Norte apresentou um déficit habitacional de 632.067 mil moradias e o Estado do Pará 286.766 mil moradias, registrando o estado com maior déficit da Região.

Em 2009, através do Decreto Federal n.º 6.819/2009, o PNHR também conhecido como “Minha Casa, Minha Vida Rural” passa a integrar o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), junto à Caixa e ao Ministério das Cidades. Atualmente seu objetivo é construir, reformar ou ampliar unidades habitacionais de agricultores familiares ou trabalhadores rurais (BOLTER, 2013).

Os beneficiários são pessoas físicas, agricultores familiares com renda familiar bruta anual máxima de R\$17.000,00 e organizados de forma coletiva por uma Entidade Organizadora que é responsável pela seleção da demanda e desenvolvimento dos projetos habitacionais e por prestar conta aos agentes financeiros do Programa. A renda deve ser comprovada mediante: Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), no caso de agricultores familiares e Carteira de trabalho ou contrato de trabalho ou declaração em papel timbrado de

cooperativa/sindicato/associação de que o proponente participa ou declarada pelo empregador com firma reconhecida em cartório ou por comprovante de proventos do INSS, se aposentado de caráter permanente no caso de trabalhador rural (BRASIL, 2013).

São considerados também agricultores familiares: extrativistas; aquicultores; maricultores; piscicultores; ribeirinhos; assentados do INCRA; comunidades quilombolas; povos indígenas; pescadores artesanais; e demais comunidades tradicionais.

Entre os principais atores envolvidos no processo político do PNHR, destacam-se, por parte do Estado: o Ministério da Fazenda (MF), responsável pelo repasse dos recursos financeiros destinados à aplicação do programa; o Ministério das Cidades (MC), que é o gestor da aplicação do programa; o Ministério das Cidades (MC), que é o gestor da aplicação dos recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e ainda é responsável por estabelecer os parâmetros operacionais do programa, bem como acompanhar e avaliar os resultados obtidos na aplicação dos recursos; a Caixa Econômica Federal (CAIXA) e o Banco do Brasil S/A, que são os agentes operadores e financeiros, responsáveis diretos pela operacionalização do Programa. Citam-se ainda as Entidades Organizadoras (EO), que são as pessoas jurídicas sem fins lucrativos que contratam ou forma parcerias com a CAIXA ou o Banco do Brasil S/A, por exemplo, para viabilizar a execução do empreendimento. Como exemplo pode-se citar as cooperativas e associações criadas com o fim específico de dar viabilidade a execução do programa (FAGUNDES; CAMPIGOTTO; ZONTA; CETOLIN, 2013, p. 41)

Para participar do Programa, os beneficiários devem preencher alguns pré-requisitos como:

1. Não possuir casa própria; ou se possuir que esteja em precárias condições de habitabilidade;
2. Fazer parte de um grupo organizado pela Entidade Organizadora;
3. Possuir os documentos pessoais em ordem e atualizados;
4. Possuir CPF regularizado na Receita Federal;
5. Ter capacidade civil – maioridade ou menor emancipado com 16 anos completos (não é observado limite máximo de idade);
6. Se agricultor familiar, apresentar DAP com até três anos de emissão até a data da contratação do empreendimento;
7. Comprovar renda familiar bruta anual de até R\$ 17.000,00 (aproximadamente 1.420,00 mensais);

8. Estar inserido no Cadastro Único, com o Número de Identificação Social (NIS) atualizado.

O programa também condiciona um público prioritário que são:

1. Pessoas que estejam em área de risco;
2. Casa com risco de desabamento (com laudo da defesa civil);
3. Mulheres provedoras do lar;
4. Pessoa com deficiência (Analisar se tem condições de morar sozinha e responder por seus atos);
5. Famílias com idosos que não possuem casa e famílias em situação de coabitação familiar.

Se o proponente caracterizar-se como proprietário, cessionário ou promitente comprador de imóvel residencial em qualquer localidade do país, exceto o imóvel objeto da operação no PNHR, no caso de reforma ou ter recebido, a qualquer época, subvenções ou subsídios de finalidade habitacional, bem como ter figurado como beneficiário de programa habitacional lastreado nos recursos do OGU ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS está impedido de participar do Programa.

No que diz respeito as propostas dos projetos habitacionais:

[..]devem ser apresentadas sob a forma de empreendimento com unidades habitacionais pulverizadas (espalhadas) em área rural de qualquer município do país, independentemente de sua população. [...]Todas as unidades habitacionais vinculadas ao projeto de intervenção devem ser executadas por meio do mesmo regime de construção. As UH construídas devem apresentar condições de habitabilidade, salubridade e segurança, bem como serem dotadas de infraestrutura básica ou no mínimo soluções para abastecimento, água potável, energia e esgoto sanitário. (BRASIL, 2013, p.14)

O PNHR também apresenta uma proposta de integrar ações e políticas através de atividades que ultrapassam a entrega da moradia, ligadas aos trabalhos sociais que devem ser executados nos empreendimentos, desenvolvidos por profissionais de Serviço Social e/ou Sociólogos vinculados às entidades executoras. Nos trabalhos sociais incluem-se palestras, oficinas, cursos de formação, produção de subsistência (horta, pomar, por exemplo), reciclagem do lixo e saneamento básico, como forma de promover atividades de educação no que diz respeito a sustentabilidade no âmbito rural (ROVER; MUNARINI, 2010).

Assim, através desta breve análise sobre o contexto histórico de criação do PNHR, percebe-se que este constitui-se como um avanço e conquista para a população rural, que durante décadas sofreu com a ausência de políticas públicas no âmbito habitacional. No entanto, percebe-se que ainda é preciso percorrer um longo caminho para a concretização do acesso da população do campo à moradia digna de qualidade. É nesta difícil tarefa que o profissional de Serviço Social desempenha um importante trabalho. A experiência do PNHR no Município de Abaetetuba/Pa é implementada com a realização dos projetos vinculados através da sociedade civil, suas organizações e poder público, a qual será tratada no último capítulo.

4 ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA A PARTIR DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL (PNHR)

A presente seção analisa a atuação do Assistente Social no PNHR a partir da abordagem das experiências de realização do programa no Município de Abaetetuba/PA no âmbito do trabalho de seleção da demanda do programa, utilizando-se da apresentação de recentes intervenções realizadas pela equipe técnica social do Setor Habitacional e das percepções atribuídas por profissionais e usuários.

4.1 O Trabalho Técnico Social e os impactos de sua inserção na política de habitação rural

Como apresentado na seção anterior, a realização do PNHR envolve ações entre o poder público, as entidades, o gestor do recurso (Ministério das Cidades), gestor operacional (Caixa Econômica Federal), o que resulta também em um trabalho realizado pelos Municípios, cuja atribuição é acompanhar o cadastramento, atualização dos dados e a indicação da demanda candidata a ser beneficiária, ou seja, os proponentes conforme os critérios de elegibilidade do programa.

Outra informação está relacionada a relevância da portaria nº 21 de 22 de janeiro de 2014 que define as instruções do trabalho social nos programas e ações do Ministério das Cidades, cujo público alvo do Trabalho Social são os beneficiários. Esse projeto é estruturado partindo da abordagem de três principais eixos: Mobilização e Organização Comunitária; Educação Sanitária e Ambiental e Geração de Trabalho e Renda. Essa questão poderá ser objeto de outro estudo, uma vez que em 2017 no Município de Abaetetuba/PA o programa ainda está em fase de contratação dos projetos e trabalho de indicação da demanda.

Durante o ano de 2017, o Setor Habitacional do Município de Abaetetuba/Pa trabalhou de forma intensiva para que a partir de articulações com entidades (associações de moradores) houvesse a possibilidade de participação do processo de seleção visando a contratação a partir da submissão de projetos habitacionais ao Ministério das Cidades, em que diversas documentações são analisadas pela CEF para definir se há a viabilidade de execução dos empreendimentos.

As atividades realizadas no âmbito do PNHR envolvem a princípio a análise de documentações encaminhadas pelas associações via escritórios: Estatuto da Associação, ata de posse, inscrição no Cadastro único (atualizada), relação nominal da demanda com CPF indicada pela associação, Coordenadas Geográficas, e após são efetivadas as visitas domiciliares. O processo de análise finaliza com a assinatura das cartas de recomendação do prefeito para cada empreendimento, com declaração de ente público e lista definitiva dos proponentes deferidos. Outra atividade importante incluída em 2017 foram as reuniões de socialização com as comunidades sobre o que é o programa e quais os critérios de seleção da demanda.

Partindo das normativas apresentadas referente ao PNHR, a equipe técnica social do Setor Habitacional planejou e executou durante 2017 um processo de trabalho que objetivou possibilitar famílias a terem acesso a moradia própria, o que envolveu intervenções com as associações que pretendiam pleitear projetos habitacionais junto ao Ministério das Cidades e principalmente um trabalho de seleção de uma demanda que, considerando a realidade social de moradia tornou-se público alvo das ações.

O setor habitacional, enquanto ente público realiza suas ações envolvendo empreendimentos inscritos somente na modalidade nova construção desde novembro de 2016. A adesão ao programa requer a existência de Entidades Organizadoras, que no setor foi representada exclusivamente por Associações de Moradores que interessaram-se em pleitear programas habitacionais, considerando também que os proponentes associados são ocupantes de boa fé de terras públicas, necessitando da apresentação da declaração de ente público onde o titular do imóvel aponta a regularidade da ocupação, conforme informações do relatório demonstrativo do PNHR (2017).

Ainda segundo os dados do relatório, as entidades organizadoras que pleitearam os primeiros projetos de 2017 foram: 1) Associação dos Moradores e Trabalhadores Rurais da Comunidade de Santa Terezinha do Menino Jesus – Km 14 AMTRAK; 2) Associação dos Agricultores e Moradores de Santa Maria do Ipixuna; 3) Associação dos Moradores e Produtores do Palhal; 4) Associação dos Agricultores e Moradores de Santa Cecília; 5) Associação dos Moradores da Comunidade Bom Futuro.

Ainda conforme outras análises documentais, durante o período de maio a julho de 2017, por exemplo, o setor habitacional realizou um fluxo significativo de

novas ações com associações de moradores, onde as entidades que pleitearam foram: 1) Associação Nova Vida; 2) Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Ramal do Piratuba (ARQUITUBA); 3) Associação Unida do Jarumã; 4) Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA); 5) Associação dos Moradores e Produtores do Palhal.

Assim, a tabela apresentada a seguir situa todas as entidades organizadoras supra citadas, seus empreendimentos e o número de proponentes deferidos. Para melhor entendimento, pôde-se quantificar também o número de visitas domiciliares.

Tabela 2 – Dados PNHR: Município de Abaetetuba/Pa

Nº	Entidades Organizadoras	Empreendimentos	Nº de Proponentes	Nº de Visitas Domiciliares	Deferidos
01	Associação dos Moradores e Trabalhadores Rurais da Comunidade de Santa Terezinha do Menino Jesus – Km 14 AMTRAK	Santa Terezinha I e II	91	21	50
02	Associação dos Agricultores e Moradores de Santa Maria do Ipixuna	Portal do Ipixuna	51	51	40
03	Associação dos Agricultores e Moradores de Santa Maria do Ipixuna	São Tomé	50	19	50
04	Associação dos Moradores e Produtores do Palhal	São José e Santa Terezinha	50	30	34
05	Associação dos Moradores e Produtores do Palhal	Santa Cruz	60	20	50
06	Associação dos Agricultores e Moradores de Santa Maria do Ipixuna	Baltazar Bastos	50	10	50
07	Associação dos Agricultores e Moradores de Santa Cecília	Santa Cecília	50	50	26
08	Associação dos Moradores da Comunidade Bom Futuro	Casarão de Barcarena	50	—	50
09	Associação Nova Vida	Nossa Senhora de Nazaré	40	40	17
10	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Ramal do Piratuba (ARQUITUBA)	—	48	48	36
11	Associação Unida do Jarumã	Morar Jarumã	129	129	50
12	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA)	—	79	79	50
13	Associação dos Moradores e Produtores do Palhal	Simão Simões	43	25	20
14	Associação dos Moradores e Produtores do Palhal	Murutinga	54	54	34
15	Associação dos Moradores e Produtores do Palhal	Colônia Nova	56	7	42
16	Associação dos Moradores e Produtores do Palhal	Sagrado Coração de Jesus	50	30	39
17	Associação dos Moradores e Produtores do Palhal	Cupuaçú	57	37	18

Fonte: Setor Habitacional - Abaetetuba/Pa (2017)

As comunidades as comunidades visitadas foram: Santa Terezinha I, Vila do Vasco, Colônia Nova, Curupé-Miri, Abaetezinho, Colônia Velha, Ipixuna, Palhal,

Anapú, Camotim, Ramal do Maranhão, Santa Cruz, Santa Cecília, Médio Itacuruçá (Ramal do Itacuruçá e Rio Itacuruçá), Piratuba, Tauerazinho, Tauerá, Cupuaçú, Tauerá de Beja, Alto Itacuruçá, PA 409, Km 05 (Estrada de Beja), Ramal do Macêdo, Guajarázinho, Murutinga, Ramal Velho de Beja e Vila Boa Esperança.

Como observou-se nos dados apresentados, uma entidade responsabiliza-se por mais de um empreendimento em diferentes localidades. Como demonstrado na tabela 2, após análise dos instrumentais da visita domiciliar os proponentes podem ser deferidos ou indeferidos no programa onde pode-se ocorrer o caso de completar o número de famílias perfil (deferida) ao número de unidades habitacionais contratadas, ou esse número ser reduzido, uma vez que no PNHR as contratações de unidades habitacionais variam de no máximo 50 e no mínimo 7.

Outra questão observada consiste no fato de que as visitas domiciliares começaram a ser planejadas e realizadas na transição de 2016 para 2017, onde algumas comunidades receberam visitas por amostragem e as demais análises foram feitas através da inscrição do Cadastro Único, uma vez que durante o período iniciou-se a busca por suporte de recursos para realização das visitas.

Dentre as diversas atividades envolvidas no trabalho realizado com a demanda composta por representantes de entidades e proponentes, destaca-se o significativo número de reuniões e visitas domiciliares realizadas, cujo objetivo foi respectivamente orientar e apresentar o que é o Programa Nacional de Habitação Rural, para após realizar as visitas domiciliares as famílias.

Uma importante atividade realizada em maio relacionada aos dados anteriormente apresentados foi uma reunião sobre o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) com entidades proponentes, com o objetivo de esclarecer o perfil do grupo prioritário do programa (mulheres provedoras do lar, famílias em situação de coabitação, idosos, pessoa com deficiência) e as atribuições do Setor Habitacional, conforme a Lei 11.977/2009 e a portaria 268 que tratam sobre o funcionamento do programa, sendo este direcionado para o acesso das famílias de agricultores e trabalhadores rurais à moradia digna, com condições de habitabilidade, em área rural, como já explicado.

Portanto, participaram representantes das comunidades Camotim, Palhal, Guajará de Beja, Cupuaçú, Murutinga e outras, totalizando 12 (doze), além de 02 Assistentes Sociais, 01 Socióloga, 01 técnica administrativa e 03 estagiárias, onde em outro momento houve uma reunião com representantes de duas Comunidades

Tradicionais (Quilombolas): Nova Vida, da comunidade Médio Itacuruçá e Arquituba, da comunidade Piratuba, somando assim um número significativo de comunidades interessadas em conhecer e ter acesso ao PNHR.

Nessas ocasiões os participantes tomaram conhecimento sobre as atribuições do Setor Habitacional: se solicitado, presta assessoria às Entidades Proponentes (associações, sindicatos, cooperativas) sobre o trabalho técnico social dos Projetos Habitacionais que serão submetidos à Caixa Econômica Federal (CEF) para contrato, realiza o trabalho com as famílias que são proponentes. Assim, foram vivenciadas várias etapas do processo de concretização do PNHR no município, que consistiu na realização de reuniões nas comunidades com a participação de lideranças locais e moradores interessados no programa.

Todas essas ações exigiram do Setor Habitacional um prévio planejamento da equipe para o trabalho com as demandas, avaliação do instrumental utilizado durante a visita domiciliar e análise e produção de listagens com informações sobre os documentos e localização dos proponentes, sendo que já havia ocorrido visitas muitas visitas domiciliares nas comunidades de Santa Cruz, Ramal do Maranhão, Cupuaçu, e outras foram realizadas: no Ramal do Tauerá, Ramal do Tauerazinho e Guajará de Beja, onde foram realizados os maiores números de visitas domiciliares pela equipe do setor durante o primeiro semestre.

As visitas domiciliares foram realizadas também no Ramal do Piratuba (onde muitos proponentes foram considerados perfil do PNHR e estavam em situação de coabitação familiar), Ramal do Jarumã e Apeí, Ramal do Médio Itacuruçá na região terrestre e de rios (onde notou-se que muitos proponentes eram perfil do PNHR) e Ramal do Murutinga.

No processo de realização do Programa Nacional de Habitação Rural, notaram-se situações ocorridas que tornam o programa um importante objeto de investigação seja pela relação que as grandes construtoras mantêm com as entidades organizadoras, pela própria efetivação do programa de acordo com as normativas legais, pelo trabalho técnico social realizado principalmente através da realização das visitas domiciliares (que refletiu excelentes resultados quantitativos e qualitativos).

Igualmente, como apresentado acima as reuniões com as entidades proponentes foram essenciais, pois demonstraram a tentativa de orientar e direcionar a política de habitação rural conforme as normativas, para que a justiça social

estivesse afirmada desde o processo de seleção dos que serão beneficiários, pois reconheceu-se a grande falha de antigas gestões da área habitacional no município deixando algumas tendências que necessitavam ser rompidas, assim alguns resultados foram correspondidos positivamente através da crescente indicação de demandas que estão em sua maioria dentro do perfil do Programa Habitacional.

Outras visitas domiciliares do PNHR foram realizadas nas comunidades do Murutinga, onde foi necessário explicar e orientar sobre outros programas, serviços para algumas famílias que estavam vivendo em situação precária de conservação do local de moradia; Vila Cupuacú, onde a maioria das famílias visitadas eram perfil prioritário do programa.

Como explicitado, no fim do primeiro semestre houve uma significativa procura de entidades proponentes por orientações do setor habitacional sobre como trabalhar com as demandas que seriam indicadas a beneficiárias do PNHR, assim foram iniciadas reuniões para socialização o programa com os proponentes, ou seja, com a população das comunidades. Foi realizada uma importante reunião com representantes da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA) para orientar sobre o processo de submissão dos projetos habitacionais à Caixa Econômica Federal, debater algumas questões pertinentes a viabilização do cadastro das famílias, como ter todos os documentos pessoais atualizados e organizados, por exemplo.

Debateu-se a dimensão que envolve uma entidade organizadora gerenciar e responsabilizar-se legalmente pelo projeto, por prestação de contas, não declarando-se apenas como movimento social que luta por moradia própria, mas demonstrando e realizando o monitoramento contínuo e permanente dos trabalhos das empresas, acompanhamento aos beneficiários, considerando os que possuem dificuldades de obter documentos e que por vezes pertencem a parcelas prioritárias do programa, mas são excluídos, trabalhando também junto aos associados a concepção dos seus direitos e deveres enquanto sendo proponentes de um programa habitacional.

Outra informação válida para registro é a questão que o município possui 22 comunidades quilombolas, com aproximadamente 1.200 associados, destas 10 estão sob o domínio da ARQUIA: Bom Remédio, Genipaúba, Acaraqui, Tauerá–Açú, Arapapu, Ipanema, Arapapuzinho, Baixo Itacuruçá, Médio Itacuruçá Alto Itacuruçá, as demais são independentes: Bacuri, Piratuba, Caeté (inclui quatro comunidades),

Laranjituba, África, Moju Miri e Samaúma. Assim, a partir do discurso dos representantes da ARQUIA observou-se a existência de diversas questões que envolvem as relações mantidas entre essas comunidades, desde a posse do título da terra até ao efetivo entendimento do programa de habitação rural pela população, reforçando a necessidade da equipe técnica do Setor Habitacional ir até as comunidades para apresentar as normativas de realização do PNHR.

Ao decorrer das atividades, o setor habitacional (coordenação e supervisora de campo) e as estagiárias de Serviço Social da Universidade Federal do Pará planejaram a realização direta de ações do projeto de intervenção, onde na oportunidade enquanto discentes fomos orientadas pela coordenadora da instituição e pela supervisora de campo do setor habitacional a ministrar as apresentações e planejar com a supervisora os materiais a serem utilizados e a dinâmica das atividades, assim foram realizadas reuniões nas comunidades para apresentar o que é o PNHR, suas modalidades, participantes, pré-requisitos, perfil prioritário, atribuições do setor de habitação, atribuições das entidades proponentes, incluindo os espaços para intervenções, contribuições, avaliação para as próximas reuniões.

As primeiras reuniões a campo ministradas foram nas Comunidades Quilombolas do Arapapuzinho e Alto Itacuruçá e após foram realizadas as visitas domiciliares possibilitando a aproximação significativa com fenômenos particulares desse grupo social e suas formas de composição familiar e condições de habitação, costumes, formas de subsistência, indicando em primeira análise a efetividade e a eficácia das reuniões sobre o PNHR, gerando grande impacto nas famílias que já conheciam em sua maioria o perfil dos beneficiários, reconhecendo-se e reconhecendo o outro enquanto perfil ou não do PNHR, resultando no alcance do objetivo de indicar uma demanda de significativa parcela perfil do programa.

As reuniões e visitas domiciliares possibilitaram uma maior aproximação com a população usuária atendida com a realização de ações do projeto de intervenção onde obteve-se o alcance de metas que foram propostas e principalmente da experiência de compartilhar a partir de relatos as histórias de vida de sujeitos que não tiveram o direito à moradia garantido demonstrando certa incredulidade em relação ao direito à moradia previsto em lei, mas que não foi cumprido por gestões anteriores.

Foram continuadas as reuniões para socialização o programa com os proponentes, ou seja, com a população das comunidades: Acaraqui, Tauerá – Açú,

Baixo Itacuruçá e Médio Itacuruçá. Uma das principais atividades também foi a realização de uma reunião no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) – Beja, direcionada pela coordenadora do setor de habitação, estagiárias com a colaboração da equipe técnica do CRAS, que concretizou um significativo trabalho de publicização da ação e mobilização dos participantes gerando um resultado satisfatório devido o grande número de sujeitos presentes e pertencentes à reunião pela qualidade das informações prestadas e contribuições realizadas.

Após as visitas domiciliares como foi explicado, houve o processo de análise dos instrumentais levando em consideração indicadores de renda, composição familiar, situação habitacional, estado de conservação das unidades habitacionais e outras observações, pesquisas sobre o Número de Identificação Social (NIS), sabendo que este é fundamental para o acesso a diversos programas do Governo Federal, habilitando os deferidos do programa. Essa fase compreende também a um importante trabalho de apreensão das particularidades das famílias proponentes considerando a possibilidade de superar apenas análises documentais, direcionando a necessidade do conhecimento *in lócus* da realidade, envolvendo todo um processo de investigação e intervenção.

Em síntese, os dados apresentados indicam uma estimativa quantitativa e principalmente qualitativa de famílias e entidades que juntamente com o Setor Habitacional participaram do PNHR, portanto, pode-se pontuar de acordo com o dados do primeiro e segundo quadrimestre de 2017 da Casa do Cidadão–Setor Habitacional, foram realizadas 16 reuniões com entidades, 23 análises documentais de Entidades Organizadoras (estatuto social, ata de posse, CNPJ), 650 visitas domiciliares, 950 análises documentais de proponentes e 08 emissões de documentos de ente público, cartas de referências e relação dos proponentes aptos a aquisição da casa própria.

4.2 A atuação do Assistente Social no atendimento às demandas do PNHR: as perspectivas do poder público e da entidade organizadora (associação)

O presente tópico discorrerá a respeito da compreensão de profissionais do Setor Habitacional do município de Abaetetuba/PA e representantes de entidades proponentes do PNHR sobre a importância da atuação do Assistente Social a partir

da realização do PNHR, e dos avanços e desafios da política de habitação rural no município.

Para centralizar a pesquisa, os dados foram extraídos da instituição Casa do Cidadão–Setor Habitacional situada no bairro Centro.

Para ter acesso aos dados, que foram um dos pilares da pesquisa, através dos quais foi possível analisar quais as perspectivas dos profissionais da instituição e usuários do programa sobre a importância do Assistente Social atuando no PNHR, foi realizada entrevista com duas profissionais: Coordenadora e Assistente Social (1), Assistente Social (1) e representantes de comunidades (2) sendo que a profissional que atua como coordenadora da Casa do Cidadão é Assistente Social. O instrumento de coleta de dados totalizou 29 respostas para o embasamento da análise, que será realizada separadamente.

Escolheu-se como instrumento de coleta de dados a entrevista aberta, por possibilitar maior liberdade e detalhes sobre informações relacionadas ao objeto de estudo. Para que as entrevistas acontecessem, foi necessário definir horários considerando as inúmeras atividades previamente definidas em planejamentos pela equipe técnica, considerando que os profissionais exercem diversas atividades e os representantes das associações que realizam suas atividades na zona rural, para facilitar no que diz respeito à disponibilidade para contribuir com a pesquisa.

Com isso, todas as entrevistas ocorreram em dezembro de 2017, onde contou-se com a colaboração dos profissionais envolvidos para que as entrevistas fossem realizadas nos horários de intervalo dos expedientes, não prejudicando a execução dos serviços; ressalta-se ainda que os profissionais mediaram o contato com os representantes das associações para esses colaborarem na pesquisa.

A princípio alguns proponentes seriam entrevistados, todavia, devido à dificuldade para retornar as comunidades que receberam as visitas domiciliares, optou-se por delimitar a pesquisa entre profissionais e representantes de entidades.

Optou-se por escolher a categoria dos profissionais do Setor Habitacional pelo fato de estarem cotidianamente lidando com as demandas oriundas do programa. Assim, os mesmos são os elementos mais indicados para se obter dados que identifiquem o modo como eles concebem a importância da atuação profissional. Além do mais, analisa-se como eles percebem e lidam com os avanços e desafios enfrentados. Os representantes das entidades foram escolhidos devido o importante protagonismo que desempenham desde a indicação da demanda, que

relacionam-se diretamente com a comunidade, sendo também aqueles que fazem o contato inicial com o Setor Habitacional do município.

As entrevistas com os representantes das Entidades Organizadoras foram realizadas em dois momentos e ambas seguiram o mesmo roteiro. O E1 representa a Associação dos Moradores e Produtores do Palhal (AMPP) e o entrevistado E2 representa a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA). Vale lembrar que a ARQUIA abrange 10 comunidades: o Açacu (Bom Remédio), Genipaúba, Tauerá-Açu, Arapapuzinho, Ipanema, Baixo, Alto e Médio Itacuruçá, Acaraqui. Dentro destas comunidades residem 2 mil famílias e uma faixa de 10 mil pessoas aproximadamente.

A primeira questão levantada foi como surgiu o interesse das associações em pleitear o PNHR:

Boa pergunta. Deus tem nos abençoado tanto e hoje eu trabalho como auxiliar operacional [...] me deu um certo interesse em querer ajudar a minha comunidade, eu queria ajudar a minha comunidade porque nas outras comunidades não tinha associação e eles necessitavam participar do programa, e foi aí que eu entrei. O pessoal veio e disse: - poxa, não dá pra ti encaminhar o nosso projeto pela tua associação, ela é habilitada, tu pode ajudar a gente? E eu disse: posso. Reunimos na comunidade, falamos como era que a associação trabalhava, que era uma associação sem fins lucrativos, a gente não tem dinheiro, precisa de ajuda, hoje só quem paga e dá uma ajuda de mensalidade lá é o pessoal da minha comunidade, mas em cada empreendimento que eu fui, que eu vou gerenciar ele vão passar a ser parte da entidade, [...] então eu abracei a causa por eles, mas o foco é minha comunidade.[...] e eu me dediquei e me joguei e eu tenho uma filha dentro do programa, que mora comigo e tem dois filhos, que mora de bico, o marido não tem condição, vive de bico, né? Não tem condições de dá uma casa. Então eu tô me empenhando o máximo por causa dela e dos outros também que precisam e não tem condições. Tem comunidade que vive nesse do Pirocaba só coberto com uma lona e chão de barro, poeira, umas palhas colocadas, sabe? No dia que nós fomos lá fazer uma visita técnica de todo mundo lá nas casas pra construir, pra ver o terreno, nós chegamos umas onze horas e muitas dessas casinhas a panela estava em cima de três pedras, lenha de todo lado, a comida cozinhando só na água e sal. Aquilo ali me doeu no coração, eu chorei de ver aquela realidade; nós viemos de abaixo da linha da pobreza e hoje, graças a Deus, estamos estabilizados, [...] minha família está bem e eu chorei porque eu vivi aquela situação e vi as pessoas passando lá; a gente destampava a panela e via a carne branca lá e hoje a gente pôde levar uma moradia digna pra eles, que estão debaixo de uma moradia digna, então eu abracei essa causa por causa dessa necessidade que o povo tinha. Então Deus me iluminou com esse emprego, graças a Deus, e eu me dediquei e me dedico de corpo e alma. (E1)

Olha surgiu devido o déficit habitacional que temos no nosso município, né? Inclusive nas comunidades nossas. Ai a gente vê. Nós temos comunidades como o Acaraqui que moram cinco, seis famílias numa casa. Então quando surgiu o PNHR nós fomos tentar devido essa situação aí. Muitas casas com aquela situação de muitas pessoas vivendo em situação precária,

desumana. Então nós vimos no PNHR uma maneira de tentar resolver, solucionar esse problema que é muito grande no nosso município. (E2)

Os entrevistados E1 e E2 chamam atenção para a questão do déficit habitacional, principalmente a questão da coabitação familiar. No período do estágio curricular no setor habitacional do município, teve-se a oportunidade de realizar visitas domiciliares em algumas das comunidades abrangidas pelas Associações e identificaram-se muitas famílias vivendo em condições paupérrimas de moradia, sem o mínimo de habitabilidade. De acordo com Siqueira (2006) mesmo a habitação sendo um direito social e severamente assegurado pela legislação brasileira, ainda existe uma elevada parcela da população que possui violado o direito a uma moradia digna. Ainda segundo as autoras Paz e Taboada (2010) as cidades também são espaços contraditórios, que a partir de um processo complexo de desigualdade social resulta em déficits sociais característicos do modo de produção capitalista:

Os contrastes sociais e a dinâmica populacional estão intimamente relacionados com o processo econômico estrutural, especialmente nos municípios de médio e grande porte e nas metrópoles. Nessas cidades se produz e reproduz as desigualdades sociais, através de um intenso processo de precarização das condições de vida, com o crescimento do desemprego e do trabalho informal (sem seguridade social), a presença da violência e do crime organizado, a fragilização dos vínculos sociais, que somados à maneira como as cidades foram constituídas, expõem as famílias e indivíduos a situações de risco e vulnerabilidade sociais. A grande maioria da população convive com a insegurança social e de renda, com a falta de acesso a equipamentos e serviços públicos, com moradias precárias e distantes do trabalho, com muitas horas perdidas no transporte de baixa qualidade, com congestionamentos, poluição, poucas áreas verdes e de lazer e ainda com a violência urbana. Esse quadro é revelador das diferenças, das desigualdades sociais e do modelo concentrador de riqueza e poder que fazem parte da formação histórica do País. [...] A desigualdade social, de renda e poder, se expressa no cotidiano das cidades brasileiras e nos seus territórios intraurbanos, como os bairros, vilas, distritos, regiões, etc. que, no geral, apresentam condições de vida muito desiguais. (PAZ; TABOADA, 2010, p. 12-13)

Em relação a experiência com outros programas habitacionais ou projetos de assentamentos, os entrevistados relataram que não tiveram este tipo de experiência, ou seja, o PNHR foi o primeiro programa habitacional com o qual tiveram contato:

Porque apesar de nós termos o mesmo público, mas como existe hoje essa divisão de movimento, né? aqui dentro do município, onde o ribeirinho é pra um lado, o quilombola pra outro. Então esse assentamento, essas casas de assentamentos vieram especificamente pros ribeirinhos né? Nós quilombolas não tivemos acesso a esta política habitacional que foi o projeto de assentamento. Só pra eles, né? Também porque esse assentamento era do INCRA e nós somos do ITERPA que é o Instituto de Terras do Pará.

É o órgão que deveria cuidar de nós, né? E o INCRA é Federal... E nós por conta de questão burocrática não estávamos inseridos dentro do processo do INCRA, só pelo ITERPA. Nós éramos só estaduais. (E2)

O entrevistado E2 relata essa divisão de movimentos sociais que ocorre dentro do município, pois apesar do ribeirinho e quilombola residirem na zona rural, cada grupo pertence a um movimento e luta por seus interesses individuais o que na visão do entrevistado dificulta com que essas populações alcancem seus objetivos. Entende-se que as dificuldades vivenciadas por esses povos em seu cotidiano, implicam em suas formas de lutas e resistências, na busca de reivindicar os direitos que são violados constantemente, devendo esses colocar-se diante de um propósito comum de luta enquanto classe trabalhadora, enquanto uma classe que é cotidianamente excluída, pois como afirma Duriguetto (2013, p. 2):

[...] entendemos que as lutas sociais são o desdobramento sociopolítico, no campo da sociedade civil, das contradições do desenvolvimento capitalista que se materializam na chamada questão social. Os movimentos e as organizações das classes subalternas expressam os interesses, as necessidades, o inconformismo e as lutas relativas ao combate ou à erradicação das diferentes expressões da questão social no campo da sociedade civil.

Durante a entrevista, os representantes relataram que encontraram dificuldades ao pleitear o PNHR pela primeira vez:

Aí eu fui procurado pelo Régis, que hoje é coordenador da União, pra mim fazer uma seleção das famílias que poderiam fazer, que era pra encaminhar por uma associação que tinha lá do Abaetezinho que ela “tava” tudo em dia, tudo bacana. Aí como eu tive uma demanda maior de pessoas aí ele falou assim: mas, poxa dava pra fazer um empreendimento só aqui, um projeto só aqui, acontece que a associação estava desativada. Então nós tínhamos que ativar ela de novo, fazer uma eleição, fazer uma nova regularização dela de novo. Então foi corrido atrás de parceiros, eles correram e ajudaram a gente lá e foi investido pra tirar pra tirar ela do fundo do poço uma faixa de três mil quatro mil reais, na época lá em 2013, e o rapaz marcou tudinho, aí eu vim fizemos a eleição, corremos na Receita Federal, fizemos um relatório de restrição dela e deu lá pendência, multa, devendo e nós tivemos que reativar tudinho, reativamos e eu já como presidente da Associação e nós tocamos já o empreendimento São José e Santa Terezinha, que era um empreendimento já da matriz, que é a AMPP, já pela associação. Mas na época, em 2013, a nova portaria que baixou [...] poderia fazer acima de dezoito anos, tinha dezoito anos poderia fazer qualquer um, contando que tivesse as documentações pessoais, e aí então se abraçou a causa e deu muita gente até dezoito anos pra cima poderia fazer [...] solteiro, casado, não tinha esse negócio, maior de dezoito anos poderia fazer o cadastro do Minha Casa, Minha Vida.

E aí nós fizemos tudinho, encaminhamos tudinho, preparamos e encaminhamos pro ministério, pra superintendência da Caixa Econômica [...] la sair no final de 2013 pra 2014, não saiu, pra 2015 não saiu, de 2015 pra 2016 baixou uma nova portaria quebrando esse protocolo do solteiro,

tirando. Só poderia ser casado, com união estável ou mãe solteira com filho comprovado e que recebesse o Bolsa Família, o benefício do Governo Federal. Se vivesse junto o casal tinha que fazer união estável, tinha que ter essa União Estável e muitos que viviam juntos há vários anos fizeram união estável né, e pra isso se encaixaram e a Caixa Econômica nós retornamos quando fez nós tiramos as documentações para readequar, foi readequado já tirando os solteiros tudinho, deixando sim a mãe solteira ou o pai solteiro porque tem vezes que o pai que fica com os filhos e a mãe vai embora, abandona mas o pai que toma conta, então ele se encaixa dentro do Programa. Quando foi agora de 2015 pra cá eu assinei o projeto tudinho e nós fomos lá e nós tivemos uma reunião de partilha de obras, onde tive que ir eu, e tive que levar o pessoal da comissão do CREA, foi a equipe técnica: engenheiro, assistente social [...] e eu leigo porque eu não sabia esse funcionava a questão da partilha de obras e na época poderia ter empresários. (E1)

O que acontece. Quando surgiu a possibilidade da gente fazer o projeto do PNHR nós não tínhamos experiência. Então fomos procurar uma empresa né? Como antigamente tinha possibilidade, nós pleiteamos mil casas e tinha condição de fazer isso né? Que foi falado pra nós. Ai nós arrumamos três empresas pra fazer essas casas. Cada empresa só podia fazer duzentas casas. E se fosse uma fazer duzentas, pra depois fazer mais duzentas ia demorar muito, então com três empresas automaticamente faríamos 600 casas de uma vez. Então foi feito todo o levantamento, feito o processo, protocolado esses documentos na Caixa Econômica e próximo de sair a licitação foi que aconteceu... foi tirado o governo da Dilma, veio esse outro pessoal e parou tudo né? Em nome da crise tudo parou. Então o problema maior foi que esses documentos não eram digitalizados e eram colocados avulso lá. Quando começou agora que nós fomos lá, além de outras coisas que foram necessárias fazer, como se inscrever no Ministério das Cidades, fazer esse novo processo aí. Houve uma mudança também no projeto porque jovem não podia mais pleitear, aposentado... Então nós fomos pra ver nosso processo na Caixa pra tentar começar de onde parou. E tem milhares de processo lá então era mais fácil a gente começar tudo de novo do que procurar. Primeiro que não tinha quem procurasse né? Eles lá na Caixa são tudo ocupados. Se eles ainda dessem permissão pra gente entrar lá e procurar, mas ninguém tem acesso. É só eles lá. Pra nós não era viável ficar esperando eles procurarem nosso projeto. Então por isso que a gente ta começando tudo de novo. (E2)

De acordo com as falas, percebe-se que ambos encontraram dificuldades em pleitear o PNHR por falta de experiência e conhecimento sobre as condicionalidades do programa. Não havia naquele momento um contato direto com o setor habitacional, com a equipe técnica, como ocorre atualmente. Ou seja, muitas vezes as associações eram assessoradas por empresas que seguindo a lógica capitalista só preocupavam-se em construir as casas e receber os valores que eram repassados pelo órgão financiador, deste modo, a escolha e o tratamento da demanda indicada não eram priorizadas. Conforme relata o entrevistado:

Antigamente a prefeita aqui só dava o ente público, assinava e te vira pra lá, ela não sabia se poderia pegar alguma coisa pra ela depois, secretária de habitação não sei nem quem era na época, não sei nem se tinha porque a

gente mesmo levava os documentos, assinavam e reconheciam no cartório, tá entendendo? Não tinha esse diálogo que a gente tem hoje [...], da entidade com o espaço habitacional. Tivemos que refazer e aí saiu um bocado de gente de novo, como vocês foram ver e pra mim isso foi sensacional porque muita gente pisou brabo, falando que eu tinha escolhido, não, negativo é isso que é o correto, porque quem responde [...] é o presidente da entidade. Tudo bem. Nós tínhamos que apresentar propostas pro ministério e se na avaliação do ministério fossem aprovadas as propostas que nós mandamos pra lá ele colocava para seleção para o pré contrato [...] isso agora no final de 2016 pra 2017 já depois da vistoria de vocês que encaixou direitinho, que foi quando nós pegamos atitude e encaminhamos a proposta. (E1)

O entrevistado refere-se ao período em que não era realizado o trabalho social que atualmente a equipe do setor de habitação realiza, como análise da demanda indicada, visitas domiciliares aos proponentes; análises documentais e emissão de lista de proponentes aptos nos critérios do PNHR. Ou seja, a Associação indicava a demanda e o papel da prefeitura era somente assinar e emitir a carta de ente público, de forma que não era feito um trabalho prévio com a associação e nem com a demanda indicada pela mesma. Daí ressalta-se a importância do trabalho técnico social em política de habitação de interesse social.

Em relação ao PNHR como um instrumento para a diminuição do *déficit* habitacional rural os entrevistados se posicionaram da seguinte forma:

De quem não ainda tem acesso... o que eu vejo é muito negativa, porque o Governo não tem interesse em ajudar essas famílias porque não vai aparecer no programa deles que ele liberou tantas moradias populares, porque todos os projetos sociais vem de trás [...] hoje o que tá acontecendo com o país tá maltratando o pobre, a gente praticamente vai voltar a ser um, se na próxima eleição a gente não escolher uma pessoa que venha ajudar, nós vamos voltar praticamente pro tempo da ditadura, trabalhar como escravo. Os nossos direitos estão sendo todos lesados, tudo levado pelas novas mudanças que ele quer fazer dentro dos ministérios do nosso país, a Reforma da Previdência e outras coisas mais, a Reforma Trabalhista, quantos direitos estão sendo perdidos aí e ele vai pra televisão e joga ali um programa como se fosse as mil maravilhas, mas na verdade não é. Vem aqui pra base, vai lá pra base pra vocês verem o que é, o que é a miséria, o que é a necessidade, o que é o grito do povo dizendo não. Aí eu vejo assim uma parte muito negativa, porque olha, se ele tivesse muito interesse mesmo nós não tava esperando, nós vamos ter que ficar esperando até ano o outro ano a liberação desses projetos, que foram famílias que foram selecionadas por vocês, pela secretaria geral aqui e que estão dentro do perfil do programa e são pessoas que precisam e tem necessidade de ter, mas o governo não olha isso. [...] a proposta, ela é boa, mas é o andamento, [...] eu acho que demora muito e é um sofrimento pra toda entidade, no caso eu e pros beneficiários que precisamos, poxa. Nós estava com sonho de entregar as casas pro pessoal agora no final do ano, pra passar o natal na sua casa, na sua bonita casa e chega na hora o governo trava, desde o final de 2016 pra 2017 pra ser liberado e nada. Era em julho, julho, agosto e setembro, outubro, novembro e dezembro nada, ah é janeiro, segunda quinzena de janeiro de 2017 e nada, e só reunião, reunião,

reunião e eu chuto o balde na reunião e digo eu tô cansado disso, cansado de propostas. [...] A associação fica desacreditada na comunidade, justamente e eu fico com vergonha. [...] Eu faço uma prestação de contas pra eles, porque tem uns que dizem que eles estão me sustentando e eu digo que eu tiro do meu, [...] mas eu não cobre mais mensalidade de ninguém com vergonha de receber e não ter o benefício, porque o pessoal acha que só deve pagar a entidade se a entidade lutar por benefício, ele não vê que a entidade luta por ramal, por iluminação pública e por várias coisas, né? (E1)

Nós esperamos que esse projeto seja um projeto que venha na verdade é corresponder nossos anseios nessa questão aí. Porque a gente vê que todo projeto tem dificuldade de sair. Porque na teoria o programa é ótimo mas quando chega na prática pra resolver, pra desenvolver a gente encontra muitos problemas justamente por conta de gestão, burocracia e essas coisas todas. A burocracia principalmente porque ela tem sido um entrave em tudo quanto é projeto nosso e de todo mundo. Porque a gente vive num país extremamente burocrático. (E2)

É possível perceber nas falas que os representantes depositam no PNHR grandes expectativas em relação a mudanças nas vidas dos beneficiários. A questão da demora, da espera de anos em concretizar o sonho da casa própria representa o grande ponto negativo do programa, como observado pelos entrevistados E1 e E2, o momento de instabilidade econômica e, sobretudo política em que o país vive, sem dúvida é a desculpa do governo federal para a demora em liberar os projetos enviados a Caixa Econômica Federal. Assim, acima de tudo é fundamental reconhecer que a espera de efetivação do programa, exemplificada no discurso dos entrevistados representa a tentativa de impedir os sujeitos envolvidos primeiramente terem uma concepção que a desigualdade social:

[...] é inerente ao sistema capitalista e está fundamentada numa leitura da sociedade de classes, em que os diferentes segmentos sociais possuem diferentes possibilidades e oportunidades, conforme a posição que ocupam e pelas relações sociais que se estabelecem nos diferentes períodos históricos. (PAZ; TABOADA, 2010, p. 55)

Essa falta de credibilidade no Programa pôde ser vivenciada no período do estágio supervisionado, uma vez que durante as visitas domiciliares, as famílias em sua maioria afirmavam que não acreditavam mais que as unidades habitacionais chegassem às comunidades, pois esperavam há anos pela execução do programa e por outro lado também foi possível identificar que muitas ainda sonham com a construção das unidades em suas comunidades.

Em relação a importância da presença de um assistente social na equipe técnica do setor habitacional ambos foram unânimes ao afirmar que o profissional é de suma importância:

Muito grande. O social é a parte mais importante dentro do programa porque o social na verdade tem que acompanhar as famílias, ele tem que acompanhar e estar sempre ouvindo a família, às vezes têm situações de problema familiar dentro do programa, algumas situações e o Assistente Social tem que estar presente [...]. Mas o social é um trabalho muito importante dentro do programa, muito importante; [...] antes era tudo fácil, qualquer um de vocês poderia entrar no programa, dissesse: - ah eu tenho terreno lá no interior dez por trinta; se vocês morassem aqui, poderia fazer o cadastro, que não tinha fiscalização e hoje é diferente. Hoje com a visita de vocês, do setor habitacional tira uma responsabilidade nossa que é presidente, e que assinava qualquer coisa no escuro; e antigamente não tinha a DAP e hoje pra você entrar tem que ter a DAP de produtor rural, se não tiver a DAP não; antigamente era só uma declaração de renda eu pegava e assinava, levavam no cartório reconhecia que eu tava dando fé e encaminhava o projeto de vocês e aí pronto ganhava a casa e às vezes ia até de laranja. Então um ponto muito positivo cem por cento, aprovadíssimo e eu até agradeço a Deus por isso [...] foi muito positivo, mas muito positivo essa questão das visitas e hoje eu posso dizer: hoje está dentro dos trâmites, dentro da lei, legal e se tiver uma vistoria aqui não tem porque dizer que não era perfil, porque foram vários acompanhamentos e teve lugar que vocês voltaram até duas vezes pra fazer, não é? Uma das vezes acompanhei no Guajará de Beja e até hoje eu sou cobrado porque a fulana foi tirada porque mora com o pai e com a mãe, mas fulana não é produtora rural, é funcionária pública, não pode e está dizendo no programa que não pode e não pode. (E1)

A gente louva né? Essa metodologia. Porque como era que acontecia, nós que fazíamos todo o processo, o levantamento... Então assim hoje o Assistente Social trabalhando dá uma maior credibilidade. É maior do que nós fazemos isso aqui. Então nós podemos contar com um trabalho desse sério que vocês fazem e a gente tá vendo, ver que vocês vão de casa em casa, in lócus, fazem a pesquisa, tem a metodologia de ver mesmo a propriedade da pessoa, a condição que ela mora, então a credibilidade é muito grande. Nem só pra gente que tá dentro do processo, mas pro projeto, né? Então a gente espera que tenha êxito dentro do processo justamente por conta dessa nova metodologia feita no processo. (E2)

Os entrevistados avaliam o trabalho executado pelos assistentes sociais do espaço habitacional de forma positiva, principalmente por conta das visitas domiciliares que não eram realizadas anteriormente e que atualmente tem como base as condicionalidades do PNHR. Ambos também avaliaram a relação do espaço habitacional com as associações e as comunidades rurais proponentes ao PNHR:

[...] muito bom e muito positivo porque nós temos o diálogo entre comunidade e habitação, do setor com todos os profissionais que estão dentro da secretaria, então é o que nos ajuda no diálogo com a comunidade quando a gente reúne com a comunidade e assim, a parceria que está

sendo bem conduzida pela lelma, que é um trabalho sensacional. Todos que trabalham com ela têm a mesma visão de trabalhar corretamente, porque quando a gente pula pra outro lado a gente já sabe que já tá irregular e eu analiso como uma forma muito boa, muito positiva [...] e eu espero que enquanto eu for presidente e a lelma tiver aqui eu espero que a gente continue essa parceria. [...] eu não sabia quem a responsável pela habitação, eu nem sabia que isso aqui funcionava como setor de Habitação, eu vim saber agora na gestão do prefeito e a gente tem um relacionamento bom com o prefeito, graças a Deus, assim como nós temos com a lelma que sempre é através do diálogo; nunca a gente perde o foco porque nós dependemos com entidade que trabalhamos com o PNHR, com Minha Casa, Minha Vida, dependemos do setor de habitação e assim como nós dependemos do prefeito, que ele é gestor. Se ele não der o aval, ok do ente público nós não temos como encaminhar nenhum projeto, não tem como porque nós não temos o aval do gestor municipal dizendo que a prefeitura é a gestora dona daquela área que está sendo feito o empreendimento e que o prefeito está certo de que nós podemos construir lá aquela casa pra aquele morador. Ele tá assegurando o projeto, o empreendimento lá e de que nós podemos fazer e com a secretaria de habitação; então é assim, é muito bom, nosso relacionamento é muito bom e até agora, graças a Deus, ainda não tivemos nenhum problema porque tudo está sendo feito dentro do programa e dentro do perfil dele do programa, faz ser da parte do governo, e da parte da coordenadora da habitação e da equipe dela. [...] e eu só agradeço, porque da forma como era feito antigamente como já falei ainda agora, aí era meio complicado, agora não, agora tem acompanhamento, agora só vai o kit prefeito se tiver ok da secretaria de habitação, se não tiver ok não tem nada e nós não podemos fazer nada, vocês tão entendendo? Não podemos fazer nada se não tiver o aval do espaço de habitação e da prefeitura, então é tudo perfeito, é tudo bom. (E1)

[...] hoje a gente vê que essa facilidade de aproximação com o setor ela é melhor e mais clara pra gente. Porque hoje vocês tem conhecimento e comprometimento com a comunidade, com o projeto que é o mais importante. A gente avalia muito bom. Principalmente essa questão que a gente vê que existe essa parceria entre vocês e a gente. E outra coisa que a gente vê é o respeito. A equipe respeita a gente, ouve a gente. Procura se informar com a gente sobre a comunidade, informam quando vão pra lá. Então essa parceria é muito legal, muito proveitosa. O pouco de conhecimento que a gente tinha tá aumentando com a ajuda de vocês. (E2)

Durante o período de estágio as estagiárias puderam fazer parte do relacionamento estabelecido entre o setor de habitação e as comunidades. A equipe técnica sempre dispôs-se a tirar dúvidas, reunir com as associações e esclarecer os critérios do programa, o perfil do beneficiário do PNHR. Isto evidencia o quanto é importante que o assistente social participe do processo de mobilização e participação comunitária contribuindo para que os proponentes do programa e entidades organizadoras reivindiquem seus direitos no âmbito da moradia. E apesar da longa espera para a execução do PNHR nas comunidades rurais, as famílias que passaram pelo processo do trabalho técnico social executado pelo setor de habitação ainda nutrem expectativas, como afirma o entrevistado:

A gente vê que a expectativa é grande. E principalmente com a forma que tá sendo feito o projeto. O único problema que a gente vê é que o programa tem uma demora né? Ai isso acaba... como hoje nós já vivemos essa demora as vezes o povo tem um descrédito total. Então a gente fica naquela situação com eles. Só que mesmo assim o povo é muito crente e confiante e nós também, que o programa vai acontecer e vão chegar essas habitações nas nossas comunidades. (E2)

Como discutido anteriormente, considera-se que a Política Habitacional e suas diversas formas de intervenção em diferentes espaços, no caso rural, dá uma resposta às expressões da questão social voltadas para a questão da habitação. No PNHR, o programa volta-se para a diminuição do *déficit* habitacional rural constituído de um processo árduo e envolto por interesses que ora impulsionam sua garantia, ora o estagnam em suas etapas de implementação, ainda assim, é possível perceber o compromisso do assistente social com as lutas sociais e com os movimentos sociais, com as entidades organizadoras que pleiteiam o PNHR, possibilitando novas estratégias de luta para o acesso a habitação como um direito de cidadania.

Foram entrevistadas também duas assistentes sociais do Setor Habitacional, onde para melhor entendimento serão identificadas como entrevistadas E3 e E4. Primeiramente considera-se que ambas possuem experiência no âmbito de trabalho da habitação há mais de três anos e atualmente exercem suas atribuições e competências no Setor Habitacional juntamente com uma equipe técnica composta por outros profissionais, como afirmam:

Neste espaço a equipe organiza-se a partir de uma coordenação, 02 técnicos sociais, que respondem pelos programas habitacionais; 01 socióloga que atua no planejamento e elaboração do relatório de todos os programas. E através de parcerias com a Secretaria de Obras que dispõe de técnicos: Engenheiro, técnico em edificações; Procuradoria Jurídica Municipal, que dispõe de advogados; e Setor de Terras que dispõe de topógrafos. (E3)

No espaço Habitacional a equipe é organizada da seguinte forma: coordenadora Ielma Francione, Assistente Social Érica Laiana e socióloga Lídia Chagas e contamos com o apoio técnico do setor de terras de município com o profissional de topografia e CADUN. (E4)

A equipe técnica é reduzida, como sinalizado pelas entrevistadas, ainda assim comparando-se com os dados apresentados sobre o PNHR no Município de Abaetetuba/Pa é um trabalho que possui grandes resultados quantitativos e qualitativos, onde percebe-se apesar da limitação de recursos humanos um trabalho

profissional realizado por profissionais que prioriza a efetivação de direitos e o acesso dos sujeitos a política de habitação, pois são profissionais que possuem o entendimento de que o trabalho técnico social é fundamental e depende também do apoio de outros setores. Portanto sobre a importância de um Assistente Social na equipe técnica:

Considero de fundamental importância, pois esse profissional tem visão crítica da realidade e o seu olhar profissional faz a diferença na execução da política, visto que o principal público dessa política, principalmente deste programa, são pessoas com pouco grau de escolaridade e sem muitas informações claras dos seus direitos e que constantemente são mal informadas e prejudicadas por terceiros. (E3)

É de fundamental importância, pois é ele o profissional com competência profissional para desenvolver as atividades de cunho técnico social. (E4)

A importância do trabalho técnico exercido por um profissional de Serviço Social é enfatizada como nota-se a partir do discurso da entrevistada E3 no sentido de situar o assistente social no âmbito de suas dimensões investigativa e interventiva, ou seja, na capacidade ler e intervir sobre determinada realidade social com demandas de diversos segmentos sociais que estão inseridos em um processo histórico e de transformação de uma realidade complexa caracterizada também por interesses econômicos, políticos. Assume-se assim uma perspectiva onde o trabalho do assistente social é entendido como pensa Fraga (2010, p. 53-56):

O assistente social tem uma ação profissional que se tece no dia a dia dos usuários, na particularidade de suas vidas [...]. Sendo assim, esse profissional é desafiado a superar-se constantemente, reconhecendo a realidade sócio-histórica em que vive e trabalha, tornando-se protagonista da construção do projeto ético-político da categoria, que deve assegurar a ampliação da liberdade, ser atuante na consolidação da democracia, garantindo a todos os sujeitos maior equidade e justiça social, enfrentando as contradições e desigualdades socialmente produzidas. [...] De forma coerente com a perspectiva marxista de apreensão da realidade, o AS é um trabalhador que parafraseando Marx, atua com o sujeito de “carne e osso”, com sua história de vida real. A partir do processo de vida real é possível decifrar as questões que se colocam na singularidade do sujeito, conhecer a realidade social em que está inserido, apreendendo os seus modos e condições de vida com seus condicionantes históricos, sociais, econômicos e culturais, porém também os seus anseios, desejos, necessidades e demandas. [...] Nesse sentido, é preciso considerar as mudanças tecidas na sociedade, pois as transformações que emergem na cena contemporânea e em curso alteram significativamente o tecido social e, conseqüentemente, o cenário e o palco onde são engendradas as relações sociais [...].

Através do posicionamento da Assistente Social E4, pode-se refletir no sentido de afirmar a competência profissional relacionada ao exercício das competências e atribuições privativas previstas ao assistente social no art. 4º e art. 5º da Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662 de 7 de Junho de 1993, como por exemplo, competência: - elaborar, coordenar, executar, avaliar: planos, programas e projetos juntamente com a sociedade civil; - orientar: indivíduos e grupos a identificar recursos, fazer uso, atender e defender direitos; atribuição privativa: estudos/pesquisas, planos, programas, projetos (na área de Serviço Social): elaborar, coordenar, executar, avaliar, supervisionar; dirigir serviços técnicos de Serviço Social: entidades públicas ou privadas.

Quanto ao funcionamento do trabalho com a equipe interdisciplinar, as entrevistadas pensam:

A execução de alguns programas habitacionais como, por exemplo, o Cheque Moradia, exige-se na equipe técnica a presença de engenheiros, técnico em edificações. Porém como o espaço habitacional não dispõe destes profissionais é necessário buscar parceria com a Secretaria Municipal de Obras. Assim, considero trabalhosa a execução do programa, pois geralmente a equipe do espaço precisa ir até o local do técnico (engenheiro ou técnico de edificações) para verificar inúmeras situações, dificilmente ocorrem reuniões para tratar especificamente do programa. Quanto a equipe que atua diretamente no espaço considero comprometida com a boa execução da política através dos programas habitacionais. Porém a equipe técnica necessita ser ampliada e ter mais profissionais como engenheiros, advogados, arquitetos. (E3)

O trabalho interdisciplinar é desenvolvido de forma articulada e planejada. (E4)

Como observa-se, é nítida a articulação entre a equipe interna de trabalho no setor habitacional, como retrata a entrevistada E4, apesar da necessidade de profissionais, todavia há dificuldades na busca por profissionais que estão em outros espaços, devido o setor habitacional não possuir um número significativo de profissionais de diferentes especialidades, principalmente de intervenção física dos projetos habitacionais que garantam o suporte às ações, assim a interdisciplinaridade é entendida como um objetivo a ser alcançado em largas escalas, superando diversos limites, portanto é reconhecer a importância da política habitacional e quais as necessidades de recursos humanos para contribuir com a sua efetivação, como afirma Fraga (2010, p. 59):

A interlocução entre as diferentes áreas do saber constitui-se como um movimento interno de transformação das ciências, precisa estar aberta para o diálogo, pois não emerge espontaneamente, mas exige uma luta árdua por mudança de posturas, construídas tanto no plano individual quanto no coletivo, daí a relevância da interdisciplinaridade.

Sobre as condições estruturais de trabalho e as implicações para a realização dos atendimentos:

Geralmente as Entidades Organizadoras indicam uma extensa lista de proponentes ao programa e como são áreas dispersas (ramais), o acesso diversas vezes é meio difícil por conta das condições das vias, principalmente. Bem como a falta de um meio de transporte exclusivo do espaço habitacional, pois atualmente só temos esse serviço disponibilizado 02 vezes por semana. Logo, ainda não conseguimos atender toda a demanda de forma total. (E3)

Desenvolvemos nossas atividades e/ou atribuições em condições mínimas principalmente no tocante a ausência de um transporte exclusivo que inviabiliza a realização de visitas domiciliares em 100% da demanda indicada pela associação (entidade). (E4)

Pode-se perceber a partir a opinião das assistentes sociais que há a desvalorização profissional no que diz respeito às condições objetivas de trabalho a partir da falta de infraestrutura (transporte próprio para a realização de 100% das visitas domiciliares), entre outros não citados, como ausência de uma sala particular para atendimento, por exemplo, o que poderia trazer melhorias na intervenção profissional no atendimento aos usuários. Essa questão rebate na competência técnico-operativa e configura-se como uma tendência contemporânea de precarização do trabalho como consequência da diminuição e limitação de gastos públicos:

O discurso governamental passa a espelhar a "lógica do contador", como ressalta Menezes: embora direitos sejam legalmente contemplados, não havendo recursos, altere-se a lei. [...] A Constituição parece tornar-se "inconstitucional", na óptica do governo, por "inviabilizar o Estado". [...] Porém é essa realidade de precariedade dos serviços públicos que enfrentamos e da qual temos de partir no cotidiano profissional, não podendo deixar que ela nos afixe. Não temos de ser necessariamente levados ao imobilismo, à descrença, à desilusão profissional. Há que superar essa posição fatalista, como também aquelas visões idealizadas próxima à figura da "Alice no país das maravilhas": se a sociedade fosse igualitária, se houvessem recursos abundantes, se não existissem relações de poder nas instituições, se tivéssemos completa autonomia em nosso campo de trabalho... aí, sim, poderíamos realizar "aquele" Serviço Social com que sonhamos. [...] (IAMAMOTO, 2000, p. 159-161)

As atribuições dos Assistentes Sociais no PNHR estão de acordo com todos os marcos legais da PNH e do PNHR, valendo-se ainda da criação de novas metodologias de um trabalho “norteado por um plano de intervenção profissional objetivando construir estratégias coletivas para o enfrentamento das diferentes manifestações de desigualdades e injustiças sociais [...]” (FRAGA, 2010, p. 45):

Quanto as atribuições do Assistente Social no programa considero que são as comuns desenvolvidas por este profissional em qualquer espaço de atuação, ou seja, a partir da demanda é realizada visitas domiciliares, onde se é possível fazer um levantamento socioeconômico daquele público. Isso considero comum a todo espaço onde este profissional atua. O diferencial são os critérios que regem o programa, que exige do profissional um olhar atento a cada proponente. Bem como é fundamental o trabalho de mobilização e participação social com este público. (E3)

Nas normativas basilares do referido programa só se faz referência ao assistente social na elaboração e execução do Projeto Técnico Social (PTS) através da Portaria 21, mas no Município de Abaetetuba a partir de 01/01/2017 foi elaborado e executado um trabalho técnico no tratamento da demanda por meio de orientações as entidades, as comunidades; visitas domiciliares aos proponentes; análises documentais (pessoais e espelho do NIS) e emissão de lista de proponentes aptos nos critérios da programa em tela. (E4)

Portanto, ao entender-se a valorização principal dos sujeitos envolvidos, suas formas de articulação e mobilização a partir da realização de um trabalho técnico que foi o primeiro a ser executado no Município de Abaetetuba/Pa voltado para o tratamento da demanda, afirma-se atualmente que embora no PNHR situe o assistente social apenas na fase do trabalho social previsto no PTS, há a realização de um trabalho profissional cujas atribuições apontam para consideração de princípios fundamentais expressos na PNH (2004, p. 30-31):

- Moradia digna como direito e vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais;
- Gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade, possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos;
- Articulação das ações de habitação à política urbana de modo integrado com as demais políticas sociais e ambientais;

Quando as assistentes sociais respondem sobre a influência do PNHR na diminuição do déficit habitacional rural deixam notória as necessidades de instrumentos que possibilitem saber qual o quantitativo exato de famílias atendidas, como pontua a entrevistada E3. Todavia, enfatizam o trabalho diferenciado realizado

com os sujeitos interessados no programa habitacional, fazendo uma análise comparativa dos anos que o PNHR foi trabalhado no município:

Quando falamos de dados estatísticos é importante destacar a dificuldade de medir esse quantitativo, pois aqui no município especificamente falando, quem demanda este programa são entidades organizadoras compostas quase exclusivamente por associações e quando tais entidades são beneficiadas não há um retorno para o espaço habitacional. Isso inviabiliza uma quantificação mais precisa dos proponentes atendidos pelo programa. Atualmente, a partir de 2017, a atual gestão/coordenação empenha-se mais no retorno dessas informações das entidades pleiteadoras, visando ter dados mais fiéis da realidade. (E3)

Temos duas realidades bem distintas anterior a 2017. No primeiro momento de implantação do programa não havia um trabalho técnico de orientação e análise de demanda, então todos que tinham interesse em obter uma unidade habitacional se inscreviam e se tivessem o mínimo necessário (maioridade) era beneficiados, então muitos solteiros tornaram-se beneficiários. Moradores da Zona Urbana de Abaetetuba e até mesmo outras cidades tornaram-se beneficiários do PNHR (casas de férias e passeios) entre outras situações que não são o objetivo do PNHR e que não diminuíram em nada o déficit habitacional. No segundo momento com a realização do trabalho técnico de tratamento da demanda principalmente na execução das visitas domiciliares conseguimos conhecer a realidade socioeconômica e posteriormente emitir a relação de proponentes que realmente são público alvo do PNHR e que possuem o perfil na maioria das vezes prioritário do programa supracitado, pois só com o trabalho técnico conseguiremos de fato garantir o direito à moradia digna as famílias que necessitam de tal benefício habitacional. (E4)

Portanto, ao assumir o trabalho no âmbito do programa, a equipe técnica deparou-se com uma problemática envolvendo o programa, “minado por interesses sociais antagônicos, isto é, interesses de classes distintos [...]” (IAMAMOTO, 2000, p. 53), em que o assistente social a partir do trabalho técnico social com as demandas do programa teve, como defende Iamamoto (2000), um rumo ético-político e horizonte capaz de materializar princípios éticos ao processo social que gerou a autonomia, emancipação que refletiram em novas formas de realizar o trabalho profissional, afirmando a defesa intransigente dos direitos humanos sobre os princípios da democracia na realização do trabalho e na vida social:

Afirmar o compromisso com a cidadania exige a defesa dos direitos sociais tanto em sua expressão legal, preservando e ampliando conquistas da coletividade já legalizadas, quanto em sua *realidade efetiva*. À medida que os direitos se realizam, alteram o modo como as relações entre os indivíduos sociais se estruturam, contribuindo na criação de novas formas de sociabilidade, em que o outro passa a ser reconhecido como sujeito de valores, de interesses, de demandas legítimas, passíveis de serem negociadas e acordadas. Portanto, colocar os direitos sociais como foco do trabalho profissional é defendê-los tanto em sua normatividade legal, quanto

traduzi-los praticamente, viabilizando a sua efetivação social. Essa é uma das frentes de luta que move os assistentes sociais nas microações cotidianas que compõem o seu trabalho. (IAMAMOTO, 2000, p. 77-78)

A procura por organização, planejamento do processo de trabalho, assim como a realização de ações específicas dentro da execução do trabalho possibilitaram significativos avanços do trabalho profissional:

Falando desta atuação aqui no município considero que a visita domiciliar e todo o resultado que ela traz foi um avanço importantíssimo para uma melhor execução do Programa, assim como todo trabalho de mobilização junto a comunidade. (E3)

O planejamento interdisciplinar (estudo e análise das legislações da realidade social cotidiana) nos permitiram o direcionamento (norte) do fazer profissional com a elaboração de instrumentais e de estratégias que possibilitam mais precisão na defesa da efetivação da garantia de direitos. (E4)

Portanto, as profissionais expressam respectivamente a interação da equipe técnica social do setor habitacional com a comunidade e a realização do trabalho interdisciplinar como elementos importantes, na efetivação de princípios que:

[...] só se concretizam pela necessária articulação com outras categorias profissionais na luta pela equidade e justiça social que possibilitam o brilho coletivo. [...] Sendo assim, a atitude interdisciplinar exige um exercício que precisa ser construído e conquistado aos poucos, a cada dia, nas ações cotidianas dos profissionais de diferentes áreas, [...] atitude de busca de alternativas, de espera, de reciprocidade, de humildade, de perplexidade, de desafio, de envolvimento e comprometimento, atitude de responsabilidade e também de alegria, de revelação, de encontro, enfim, de vida. (FRAGA, 2010, p. 58-59)

Outro ponto positivo é o fato dos profissionais do setor habitacional evidenciarem a partir do exercício profissional ações planejadas e intencionais para aprimoramento dos programas, no caso o PNHR, como já afirmado pelas assistentes sociais, definindo “[...] ações plenas de sentido ressoam como um tambor forte na pseudonaturalidade que encobre o véu das injustiças sociais refletidas nas penumbras da acomodação, naturalização e banalização” (FRAGA, 2010, p. 60).

O trabalho profissional é inserido em um meio que por vezes é desafiador e posiciona constantes problemáticas para efetivação do trabalho profissional, como afirmam:

O fato de a política habitacional ser executada dentro de outra política, torna a efetivação do trabalho mais difícil, pois não contamos com uma equipe técnica totalmente interdisciplinar. O nosso maior desafio é a verdadeira autonomia da política no município. (E3)

A formação continuada que nos possibilite um arcabouço teórico e interventivo sólido para atuarmos nas diversas questões sociais fruto da correlação de forças entre o capital e o trabalho. (E4)

A entrevistada E3 retrata a necessidade emergente da reforma administrativa da política habitacional municipal, pois a política de habitação no Município de Abaetetuba/Pa é trabalhada em um setor habitacional vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, portanto, é uma política que não está estruturada a partir da existência de um conselho municipal, plano municipal e fundo municipal próprios, incluindo-se também a inexistência de um diagnóstico social que aponte os direcionamentos da política habitacional em seus planos, programas e projetos. Ainda assim, em meio a diversos desafios o exercício profissional mostra-se cotidianamente com finalidades no sentido de

impulsionar formas democráticas na gestão de políticas e programas, socializar informações, alargar os canais que dão voz e poder decisório à sociedade civil, permitindo ampliar sua possibilidade de ingerência na *coisa pública*. Os assistentes sociais ao realizarem suas ações profissionais, seja ao nível das Secretarias de Governo, dos bairros, das instâncias de organização e mobilização da população, das organizações não-governamentais (ONGs), exercem a função de um *educador político*; um educador comprometido com uma política *democrática* ou um educador envolvido com a política dos "donos do poder". Mas é nesse campo atravessado por feixes de tensões que se trabalha e nele que são abertas inúmeras possibilidades ao exercício profissional. (IAMAMOTO, 2000 p. 79).

São por constantes lutas e tentativas de mostrar a significância da política habitacional que os técnicos do setor habitacional demonstram nos espaços de representatividade política resultados e ações estratégicas que são realizadas, sendo um árduo trabalho, pois o município ainda reflete uma ideologia nacional de pensar a habitação apenas como a construção de casas, como “observa-se, ainda, uma postura de intolerância com os fatos relacionados à questão da habitação” (SÁ, et al., 2014, p. 29) , ou seja, pensar habitação limitada ao sentido físico estrutural e não como um processo afirmativo de um direito de cidadania que envolve sujeitos e suas perspectivas de vida e principalmente uma necessária estrutura administrativa

definida. Para mudança desse quadro e reconhecimento da utilidade social da política habitacional deve-se promover:

a superação dos vazios institucionais relacionados à área da habitação social, [...] estabelecer condições concretas de gestão para o enfrentamento do déficit habitacional, por meio de ações integradas e articuladas nos três níveis de governo [...]. Portanto, são propostas diretrizes, como a do desenvolvimento institucional, da mobilização de recursos, da identificação da demanda e da gestão dos subsídios, no sentido de garantir a qualidade e a produtividade no processo de provisão habitacional. (SÁ, et al., 2014, p. 27-28).

Ao decorrer do presente trabalho demonstra-se muitas dessas diretrizes tomadas por profissionais que estão atuando no setor habitacional e outras tornam-se demandas profissionais e institucionais para a gestão pública municipal. A necessidade de aprimoramento intelectual tratado pela entrevistada E4 retoma ao debate da importância da formação continuada a partir do aprimoramento teórico intelectual como um compromisso do assistente social, sendo afirmada ainda como um desafio. Mostra-se a necessidade de um quesito importante para o exercício profissional – a pesquisa, que como pensa Iamamoto (2000), torna a investigação como elemento essencial da intervenção, sendo objeto de reivindicação da categoria profissional pois impulsiona propostas, efetiva e materializa o projeto profissional:

O momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas. Os assistentes sociais encontram-se em contato direto e cotidiano com as questões da saúde pública, da criança e do adolescente, da terceira idade, da violência, da habitação, da educação etc., acompanhando as diferentes maneiras como essas questões são experimentadas pelos sujeitos. [...] Ora, se não se tem domínio da realidade que é objeto do trabalho profissional, como é possível construir propostas de ação inovadoras? Construí-las, com base em quê? (IAMAMOTO, 2000, p. 40).

Em síntese, mostra-se de suma importância a criação e promoção da formação continuada para os profissionais que atuam na política de habitação, o que poderia ser debatido entre a gestão municipal e as universidades públicas, garantindo a efetivação do X Princípio do Código de Ética profissional: “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”.

Diante do exposto, foi possível trazer a compreensão sobre os vieses que norteiam e caracterizam o exercício profissional do Assistente Social na execução do Programa Nacional de Habitação Rural no Município de Abaetetuba/PA.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão do direito à moradia foi uma das principais problemáticas sociais enfrentada pela sociedade brasileira devido o processo de crescimento desordenado das cidades, resultando na necessidade de criação de políticas voltadas para a habitação. A intervenção estatal através da criação de instituições que administraram e promoveram a política habitacional não garantiu o total acesso a moradia para as principais demandas emergentes na sociedade, tornando-se assim uma política focalizada, fragilizada administrativamente e financeiramente, notado no fracasso das primeiras ações e investimentos no Estado na área habitacional.

Desde a criação do trabalho social nas intervenções habitacionais, da sua exigência a partir de 1975 em todos os programas habitacionais das COHAB's e nos programas das cooperativas habitacionais, o assistente social tornou-se um profissional de fundamental importância principalmente a partir da luta pela redemocratização do país, momento em que muitos profissionais participaram de forma ativa junto aos movimentos sociais pelo direito à moradia, o que implicou na criação de leis que asseguram a provisão da habitação e norteiam na atualidade o trabalho do assistente social.

Portanto, o desenvolvimento do presente estudo possibilitou analisar a importância do trabalho do assistente social no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) no Município de Abaetetuba a partir do trabalho técnico social realizado pelos profissionais do setor habitacional. Além disso, também permitiu o levantamento de dados obtidos na pesquisa de campo e pesquisa documental referente a realidade das comunidades da zona rural e a realidade institucional, permitindo obter dados mais consistentes sobre a execução do PNHR e as características do trabalho do assistente social, analisando as competências, atribuições, avanços e desafios vivenciados no cotidiano profissional.

Ressalta-se também que durante o período do Estágio Supervisionado houve a oportunidade de presenciar a relação do exercício profissional com as demandas do programa onde verificou-se problemáticas envolvendo principalmente a demanda

indicada pela Entidade Organizadora, que não caracterizava-se como perfil do programa habitacional.

A partir desse e outros questionamentos surgiram propostas de intervenção envolvendo profissionais, estagiárias e comunidades rurais com o objetivo de apresentar o programa, as condicionalidades para as famílias terem acesso a moradia própria através dos subsídios ofertados, incentivando a mobilização comunitária para participar ativamente das etapas que compõem o programa, onde pretendeu-se investigar e analisar o trabalho do assistente social partindo das perspectivas dos profissionais e representantes de entidades organizadoras envolvidos.

Durante as entrevistas com os representantes das entidades pode-se perceber que há uma grande percepção da influência política na estrutura nacional envolvendo a questão habitacional, ocasionando a demora do processo de construção e entrega das unidades habitacionais, contribuindo para o descrédito do programa. Ainda assim, foi identificada a importância do trabalho do assistente social na mobilização das famílias proponentes e transformação coletiva da concepção e realização do PNHR no município, colaborando gradualmente na visibilidade do programa para acesso a moradia como instrumento na redução do déficit habitacional.

Ao analisar-se o programa percebeu-se a importância de uma gestão no âmbito habitacional que tenha sua atuação baseada em prerrogativas legais, contextualizando o programa através de suas ações, as particularidades da realidade vivenciada pelas comunidades rurais, refletindo portanto a política habitacional como fruto de reais necessidades sociais de sujeitos que historicamente possuem seus direitos marginalizados, fruto de um processo de desigualdade social, mas que através do planejamento democrático, articulação e participação popular, podem ter a oportunidade de usufruir seu direito.

A partir das entrevistas com as assistentes sociais pôde-se perceber a ausência de uma estrutura administrativa própria da área habitacional no município o que facilitaria a autonomia para a captação de recursos, aquisição de materiais e de uma infraestrutura que possibilitaria o melhor atendimento aos usuários da política habitacional. Contudo, percebe-se o protagonismo dos profissionais do setor habitacional na intenção de estruturar e garantir visibilidade às ações do PNHR e demais programas, o que ficou evidente nas atividades realizadas nas comunidades

rurais, que anteriormente não eram executadas, como as visitas domiciliares e reuniões, por exemplo.

Desse modo, partindo de uma realidade onde não era feita uma análise adequada da demanda indicada, com a gestão atual pôde-se trabalhar na direção de viabilizar o acesso de famílias que estavam dentro das condicionalidades do programa, permitindo sobretudo a percepção de quais são as especificidades da realidade habitacional de diferentes comunidades rurais do Município de Abaetetuba.

Outra questão a observar-se são algumas necessidades, enfrentadas pelos profissionais, que dificultam o trabalho como: a ausência de uma equipe interdisciplinar que contenha um maior número de profissionais no setor habitacional; ausência de transporte exclusivo para realização das visitas domiciliares para toda a demanda indicada; ausência de um banco de dados que possa demonstrar com exatidão o quantitativo de famílias atendidas; necessidade de organização administrativa e promoção de formação continuada (como oficinas, cursos, encontros, entre outros) voltados para profissionais que trabalham na área habitacional.

Dada a relevância do assunto analisado torna-se imprescindível dar continuidade a pesquisas que possam aprofundar o estudo sobre a política habitacional em âmbito rural, identificando novas possibilidades do trabalho do assistente social no Projeto Técnico Social (PTS) realizado com os beneficiários do PNHR, por exemplo, fato que não pôde ser abordado devido que até o presente momento, não houve a entrega de empreendimentos, pois o município está na fase de contratação e execução de obras. Afirma-se também a importância da construção de um diagnóstico social que subsidie dados referentes ao déficit habitacional rural do município, por exemplo.

Admite-se portanto, que a pesquisa contribui para o entendimento de estudantes, profissionais, instituições sociais e sociedade civil em geral, de que o trabalho do assistente social é fundamental dentro da política habitacional a partir de ações transformadoras que priorizam a defesa dos direitos previstos nas legislações sociais.

A pesquisa permitiu uma maior aproximação com a realidade habitacional e social das famílias de comunidades rurais que encontram-se em situação de vulnerabilidade social, que ultrapassa o âmbito da questão do acesso a moradia,

mas reflete a falta de demais políticas públicas e sociais que deveriam ser asseguradas pelo Estado, mas ainda não conseguem abranger de forma eficaz a zona rural. Visto a importância do território e das famílias que ali moram, o ideal seria a maior valorização dos mesmos.

Pode-se dizer que o objetivo da pesquisa foi alcançado, na medida em que apresentou-se dados relevantes que possibilitaram compreender a importância do exercício profissional do Assistente Social na política de habitação rural e suas significativas contribuições para o acesso da população rural a moradia. Dessa forma, a pesquisa veio contribuir com a nossa formação ao permitir o entendimento sobre o exercício profissional em âmbito rural, ao situar o profissional em um contexto histórico-social de construção e defesa pelo direito a moradia.

REFERÊNCIAS

AGACHE, Alfred. **Cidade do Rio de Janeiro**: extensão, remodelação, embelezamento. Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal, 1930.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia de Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 11^a ed. São Paulo: Cortez, 2009.

AZEVEDO, Delina Santos. **A Garantia do Direito à Moradia no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. In: A produção da Cidade e a Captura do Público: que perspectivas? 2007. Disponível em: <[Http://www.lugarcomum.ufba.br/urbanismonabahia/arquivos/anais/ex3_direito-moradia.pdf](http://www.lugarcomum.ufba.br/urbanismonabahia/arquivos/anais/ex3_direito-moradia.pdf)>. Acesso em: 04 out. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/CON1988.pdf. Acesso em: 03 out. 2017.

_____. Decreto nº 591 de 06 de Julho de 1992. Promulga o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 19 de dezembro de 1966. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1992. Seção 1, n. 128, p.36. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/07/1992&jornal=1&pagina=3>>. Acesso em: 27 out. 2017.

_____. Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000. Altera a redação do art. 6º da Constituição Federal. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc26.htm>. Acesso em: 27 out. 2017.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Plano Nacional de Habitação (PlanHab)**. Brasília, DF, 2010.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Política Nacional de Habitação (PNH)**. Brasília, DF, 2004a.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)**. Brasília, DF 2004b.

_____. PORTARIA Nº 21, de 22 de janeiro de 2014 - Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social dos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, 2014.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Apresentação Celso Lafer. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BONDUKI, Nabil. **As Origens da Habitação Social no Brasil**. In Revista Análise Social, nº 3, p. 711-732, 1994. Disponível em: <<http://panalisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377539C9uKS3pp5Cc74XT8.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

_____. **Origens do problema da habitação popular em São Paulo 1886-1918**. In Espaço & Debates. nº5, São Paulo, 1982.

BOLTER, Jairo Alfredo Genz. **Interfaces e cogestão nas políticas para agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Habitação Rural**. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2013.

BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Cartilha do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)**. 2012. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f2201cartilha_pnhr.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017.

_____. **COTS (Caderno de Orientação Técnico-social)**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.cnm.org.br/sites67006745caderno_de_orientacao.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2017.

CERVELATI, Juliana. **Programa Minha Casa Minha Vida: Análise e Crítica dos Resultados Nacionais e da Região Metropolitana de Campinas**. 2012. 79 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei nº 8.662/93**. Brasília, 1993.

_____. **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana**: subsídios para reflexão. Série trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 2016.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA). **Diagnóstico Social de Criança e Adolescentes do Município de Abaetetuba**. Abaetetuba, 2012.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Questão social, sociedade civil e lutas sociais: desafios ao Serviço Social**. In: Revista Conexão Gerais do CRESS-MG nº 4, 2013.

FAGUNDES, Julie Rossato; CAMPIGOTTO, Liziane; ZONTA, Paulo; CETOLIN, Sirlei Favero. **Análise das Metas do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) no contexto nacional**. COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - v. 10, n. 2, jul./dez. 2013.

FERRANTI, Adelino. **A Política educacional no Município de Abaetetuba (PA) no período de 2005-2008**: Realidade e limites. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2013.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **O Processo de urbanização brasileira e a função social da propriedade urbana**. 2009 In: Curso à Distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social. ROSA, Júnia Santa; DENALDI, Rosana. (Org.). Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. Serviço Social e Sociedade, nº101, jan./mar, 2010, p. 40-64.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil**. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Belo Horizonte, 2013.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Políticas Permanentes de Habitação**: a importância do Programa Minha Casa Minha Vida. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.cimentoitambe.com.br/wp-content/uploads/2015/03/Estudo-FGV-MCMV.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HARVEY, David. **O Direito à Cidade**. Tradução de PINHEIRO, Jair. São Paulo: Lutas Sociais. n.29, pp.73-89, jul./dez. 2012.

HELLER, Daniela. **A Ampla Concepção de Regularização Fundiária: Um Caminho Para as Cidades Sustentáveis**. Dissertação (Graduação em Direito) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2009. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrsfiles/unipoadireitograduacaotcctcc2trabalhos2009_2daniela_heller.pdf> Acesso em: 09 nov. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 26ª ed. São Paulo: Cortez; CELATS, 2009.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/abaetetuba/panorama>> Acesso em: 29 out. 2017.

_____. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/abaetetuba/pesquisa/23/24304?detalhes=true>> Acesso em: 29 out. 2017.

_____. **Infográficos: dados gerais do município**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=150010>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

_____. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o **Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS**, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm>. Acesso em: 03 out. 2017.

_____. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm>. Acesso em: 03 out. 2017.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

_____. **Política habitacional no regime militar: do milagre à crise econômica**. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 2 ed.- São Paulo: Cortez, 1991.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

NALIN, Nilene Maria. **O trabalho do Assistente Social na Política de Habitação de Interesse Social: o direito à moradia em debate**. Tese (Doutorado em Serviço Social) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**, in: Crise contemporânea, questão social e serviço social. Programa de capacitação continuada para assistentes sociais. Módulo 1. Brasília, Cfess/Abepss/ DSS e Cead-UnB, 1999.

OLIVEIRA, Gabriel Anibal Santos de; KARNOPP, Erica. **A política habitacional brasileira e a Habitação Rural: um estudo preliminar sobre santa cruz do sul, RS – brasil**. Seminário internacional sobre desenvolvimento regional, 2015. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/6181>> Acesso em: 03 out. 2017.

ONU. **Conferência Nacional sobre Assentamentos Humanos (Agenda Habitat II)**, 1996. Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/mais_documento.php?idVerbete=1394&idDocumento=47>. Acesso em: 04 out. 2017.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948**. Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/docs/>> Acesso em: 03 out. 2017.

PAZ, Rosângela Dias; TABOADA, Kleyd Junqueira. **Trajetória do trabalho social em habitação**. Curso à Distância, Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de interesse Social. Brasília: Ministério das Cidades, setembro, 2010.

PLANO DE METAS - RELATÓRIO QUADRIMESTRAL 2017. Secretaria Municipal de Assistência Social. Setor Habitacional. Abaetetuba, 2017.

RAGO, Margaretti. **Do Cabaré ao Lar**: a Utopia da Cidade Disciplinar. Paz & Terra. Rio de Janeiro, 1985.

REIMANN, Andressa Laís. **Direito Social à Habitação**: reflexões a partir da experiência de estágio em Serviço Social na Secretaria de Habitação do município de Ijuí/RS. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 2015.

REIS, Adebaro Alves dos. **Desenvolvimento sustentável e uso dos recursos naturais em áreas de várzea do território do Baixo Tocantins na Amazônia Paraense**: limites, desafios e possibilidades. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2015.

RELATÓRIO DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL (PNHR). Secretaria Municipal de Assistência Social. Setor Habitacional. Abaetetuba/Pa, 2017.

ROSSATO, Leonardo. Dentinho se foi e deixou uma dor sobre Habitação Social. Uol/OutraCidade, 2013. Disponível em: < <http://outracidade.uol.com.br/dentinho-se-foi-e-deixou-uma-dor-sobre-habitacao-social/>>. Acesso em: 09 out. 2017.

ROVER, Oscar José; MUNARINI, Paulo Roberto. **A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar**. Revista Katálysis, vol. 13, nº2, jul./dez, 2010, p. 260-269.

SÁ, Maria Elvira Rocha de. et al. **Política de Habitação de Interesse Social e Movimentos Sociais Urbanos**. 2014 In: VASCONCELOS, Eliza Maria Almeida; ALVES, Edvania Santos; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; SÁ, Maria Elvira Rocha de. (Orgs.). **Política de Habitação de Interesse Social**: projeto técnico-social. Belém: ICESA/UFPA, 2014. 110 p.

SAULE JÚNIOR, Nelson. **O direito à moradia como responsabilidade do estado brasileiro**. Cadernos de Pesquisa, n.7, pp. 65-80, ma.1997. Disponível em:

<<http://polis.org.br/publicacoes/o-direito-a-moradia-como-responsabilidade-do-estado-brasileiro/>> Acesso em: 03 out. 2017.

SILVA, Solange Pamplona da. **Regularização Fundiária Urbana Sob a Perspectiva do Direito a Moradia Digna**: Um estudo com moradores dos Bairros do Guamá e Terra Firme. Belém: UFPA, 2014.

SIQUEIRA, Ana Lúcia de Souza. **Quem tem Direito à Moradia? Uma análise da política nacional de habitação e dos programas de habitação de interesse social (2003-2005)**. UFRN. Natal: RN, 2006.

SOUSA, Iris Amaral. **O que fazer do poder público municipal na Amazônia: Os caminhos da política educacional em Abaetetuba/PA**. 2009. Tese (Doutorado) – PUC/SP, São Paulo, 2009.

SOUZA, Tamara de Victor. **Os significados atribuídos pelos usuários do Programa Minha Casa Minha Vida no Município de Maracanaú acerca do Direito à Habitação**. Monografia (Graduação em Serviço Social). Faculdade Cearense. Fortaleza, 2014.

VALLADARES, Licia. **A gênese da favela carioca**: a produção anterior às ciências sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 15, nº44, out 2000.

VASCONCELOS, Eliza Maria Almeida; ALVES, Edvania Santos; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; SÁ, Maria Elvira Rocha de. (Orgs.). **Política de Habitação de Interesse Social**: projeto técnico-social. Belém: ICSA/UFPA, 2014. 110 p.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFISSIONAIS DO SETOR HABITACIONAL



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

A POLÍTICA DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA: UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL (PNHR)

Orientadora:

Orientandas:

Local da coleta de dados:

Nome:

Formação:

Função:

Questionário

1. É importante na sua visão, ter um Assistente Social na equipe técnica? Por quê?
2. Como é organizada a equipe técnica?
3. Como funciona o trabalho com a equipe interdisciplinar?
4. Quais as condições estruturais de trabalho e o que isso implica na realização dos atendimentos?
5. Quais as atribuições do Assistente Social no PNHR?
6. Como você analisa a influência do PNHR na diminuição do déficit habitacional rural?
7. Quais os principais avanços do trabalho profissional?
8. Quais os principais desafios do trabalho profissional?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS REPRESENTANTES DAS ENTIDADES ORGANIZADORAS PROPONENTES DO PNHR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

A POLÍTICA DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA: UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL (PNHR)

Orientadora:

Orientandas:

Local da coleta de dados:

Nome:

Função:

Questionário

1. Qual entidade (associação) você representa?
2. Quando surgiu o interesse em pleitear o PNHR?
3. Você possui experiência com outros programas habitacionais?
4. Para você qual a importância de um Assistente Social na equipe técnica do Setor Habitacional?
5. Como você analisa a influência do PNHR na diminuição do déficit habitacional rural?
6. Como você analisa a relação da equipe do setor de habitacional com a comunidade e seus representantes?
7. Como você avalia as mudanças em relação à vida das famílias que serão beneficiadas?
8. Como você avalia a relação do Setor Habitacional, entidade e gestão municipal?

APÊNDICE C - OFÍCIO PARA AUTORIZAÇÃO DE COLETA DE DADOS NA INSTITUIÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL COORDENADORIA DE ENSINO DA PRÁTICA EM SERVIÇO SOCIAL

Ofício nº 01/2017- FASS/CEPRASS

DA: Direção Faculdade de Serviço Social

À:

A/C:

A Universidade Federal do Pará por meio da Faculdade de Serviço Social, solicita a V.Sa. autorização para as discentes **Camilla Maria de Lima Ferreira, matrícula 201301540007 e Layane Fernandes Ferreira Lopes, matrícula 201301540002** para que possam realizar pesquisa nesta conceituada instituição de forma que os dados levantados sirvam de objeto de estudo do **Trabalho de Conclusão –TCC intitulado “A Política de Habitação no Município de Abaetetuba/Pa: uma análise da importância do trabalho do Assistente Social no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)”**. Enfatizamos que a atividade de pesquisa realizada pelas alunas em muito contribuirá para qualificação da formação profissional das mesmas.

Desde já agradecemos

Atenciosamente

Abaetetuba, de de 2017.

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa está sendo realizada pelas/os discentes

_____,
alunos/as da Faculdade de Serviço Social/FASS da Universidade Federal do
Pará/UFPA, sendo orientada pelo/a Professor/a _____.
Seguindo os preceitos éticos, informamos que sua participação será absolutamente
sigilosa, não constando seu nome ou qualquer outro dado que possa identificá-lo no
manuscrito final do relatório de pesquisa o qual constituirá no **Trabalho de
Conclusão de Curso/TCC** ou em qualquer publicação posterior sobre esta
pesquisa, a menos que seja autorizada tal publicação. Pela natureza da pesquisa,
sua participação não acarretará em quaisquer danos para sua pessoa. A seguir,
fornecemos informações para que V. Sa. sinta-se à vontade e segura/o para sua
participação.

Tema da Pesquisa: _____

Objetivo:

Após a conclusão da pesquisa o TCC contendo todos os dados e conclusões, estará
à disposição para consulta na biblioteca da UFPA.

Agradecemos sua participação, enfatizando que a mesma em muito contribui para a
construção de novos conhecimentos na área.

Abaetetuba, __ de _____ de 2017.

Nome do/a discente

Nome do/a docente/orientador/a

Tendo ciência das informações contidas neste Termo de Consentimento, eu
_____portador (a) do RG
nº_____, autorizo a utilização nesta pesquisa, dos dados por mim
fornecidos.

Local e data:_____

Assinatura do/a entrevistado/a